



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

A FENOMENOLOGIA E O CONCEITO DE DOCUMENTO :
A REDUÇÃO EIDÉTICA HUSSERLIANA APLICADA A NOÇÃO DE DOCUMENTO NA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2014

Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues

A FENOMENOLOGIA E O CONCEITO DE DOCUMENTO :
A REDUÇÃO EIDÉTICA HUSSERLIANA APLICADA À NOÇÃO DE DOCUMENTO NA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2014

RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro.

A fenomenologia e o conceito de documento : a redução eidética Husserliana aplicada a noção de documento na Ciência da Informação / Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues. – Brasília: UnB / Faculdade de Ciência da Informação, 2014.

80 f.

Orientadora: Prof. Dr. Rita de Cássia do Vale Caribé

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia, 2014.

1. Documentação. 2. Documento. 3. Fenomenologia. 4. Redução Eidética. I. Título.



Titulo: A fenomenologia e o conceito de documento: a redução eidética husserliana aplicada a noção de documento na ciência da informação.

Aluna: Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 08 de dezembro de 2014.

Rita de Cássia do Vale Caribé

Rita de Cássia do Vale Caribé - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Dulce Maria Baptista

Dulce Maria Baptista – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Marcos Aurélio Fernandes

Marcos Aurélio Fernandes – Membro
Professor do Departamento de Filosofia (UnB)
Doutor em Filosofia

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha Maria Luisa, que dividiu seus primeiros quatro aninhos, sem muito entendimento, mas com muita paciência, amor e depois de aprender as primeiras palavras, com muita torcida para que a mamãe acabasse logo o “tabalho” para poder brincar. Esse é o irmão que você tanto esperou para nascer meu amor. Obrigada pela paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, e imensamente, a minha orientadora professora Rita Caribé que se empolgou desde o primeiro dia com uma empreitada tão diferente. Obrigada professora, pela empolgação, pelo encorajamento, por dividir tantos conhecimentos, pela força para seguir em frente em tantos dias difíceis, pelos conselhos, conversas, otimismo e alegria que levarei por toda a minha vida. Você foi um anjo nessa reta tão decisiva.

Agradeço à minha família, pelo suporte e apoio, a mim e principalmente a minha filha, em tantos dias e noites. Em especial a minha avó Marilza, que no auge dos seus 70 anos teve fôlego para acompanhar o foguete Malu e minha irmã Juliana, pela guarda compartilhada, em tantos fins de semana.

Agradeço aos meus colegas de curso pela força em tantos trabalhos, provas, pelas risadas, pelo desespero coletivo, pelos bloqueios que resolvemos ao longo do curso. E claro, meninas obrigada pelas tortas.

Agradeço ao professor Marcos Aurélio, que muito gentilmente atendeu ao meu pedido de auxílio para tentar compreender o complexo mundo da Fenomenologia, o que possibilitou trazer um pouco da Filosofia para o mundo da Ciência da Informação. E também ao professor Marcílio pelas conversas, discussões e trocas de informação que tanto contribuíram para minha pesquisa.

E por último, agradeço àqueles que me testaram, me fizeram chegar ao meu limite e quase conseguiram com que eu desistisse. Entretanto, eu venci meus limites, meus medos e aqui estou. Então obrigada por me mostrarem que eu sou mais forte do que imaginava.

RESUMO

A pesquisa traz um breve histórico do surgimento da Documentação, desde a iniciativa de Paul Otlet e Henri La Fontaine, com a definição clássica de documento dada por Otlet, passando pelas correntes francesa e espanhola, e os conceitos apresentados pelos teóricos de língua inglesa, que tratam da documentação. Apresenta um levantamento histórico acerca dos diferentes conceitos de documento, com o objetivo de encontrar características essenciais a forma do conceito de documento. Através da análise de conteúdo, de Laurence Bardin e, da teoria do conceito, de Ingetraut Dahlberg, as diversas características foram reunidas por suas similaridades, ganhando nova configuração em seus significados. A partir daí, as características encontradas, foram trabalhadas com a aplicação do método da redução eidética. A redução eidética é um conceito da Fenomenologia, do filósofo alemão Edmund Husserl, no qual se busca reconduzir o fenômeno à sua origem, encontrando a sua essência, o *eidós*. Assim, após aplicação da redução eidética foi possível chegar a uma forma de “documento geral” do documento, podendo encontrar assim a *documentalidade* do documento, ou seja, o sentido de ser do documento

Palavras-chave: Documentação. Documento. Fenomenologia. Redução Eidética.

ABSTRACT

This research brings a brief history of the emergence of documentation, from the Paul Otlet and Henry La Fontaine's initiative with the classic definition of document by Otlet, through the French and Spanish current of thoughts and the concepts brought by English speaking theorists, who talks about documentations. It presents a historical survey about the different document concepts. Through the contents analysis from Laurence Bardin and the concept theory from Ingetraut Dahlberg. The different characteristics were reunited by their similarities, getting a new arrangement on their meanings. From this point on, the characteristics discovered, used with of the eidetic reduction method application. The eidetic reduction is a Phenomenology concept. From the German philosopher Edmund Husserl, in which you seek to trace the phenomenon back to its origin. And after finding its essence, the *eidos*. This, after the eidetic reduction application, it was possible to find the document documentality. In other words, the meaning of the document being.

Keywords: Documentation. Document. Phenomenology. Eidetic Reduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Ilustração de Otlet sobre o livro e a representação do mundo e os diversos meios de comunicação com o mundop.32
- Figura 2 - Triângulo do conceitop.63

Lista de Quadros

| | |
|--|-------|
| Quadro 1 - Questionamentos de Briet quanto ao que seria ou não documento | p. 34 |
| Quadro 2 - Funções do documento, derivadas da sincronia e estabilidade | p. 38 |
| Quadro 3 - Definições de documento utilizadas por autores da linha francesa | p. 39 |
| Quadro 4 - Definições de documento utilizadas por autores da linha espanhola | p. 43 |
| Quadro 5 - Definições de informação segundo Buckland | p. 46 |
| Quadro 6 - Definições de documento usadas por autores de língua inglesa | p. 50 |
| Quadro 7 - Comparativo entre as características da análise documental e da análise de conteúdo | p.70 |
| Quadro 8 - Resumo das características dos conceitos de documento, das diversas correntes, apresentadas | p.67 |
| Quadro 9 - Resumo dos autores reunidos segundo as características | p.68 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO..... | 14 |
| 2.1 | DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA | 14 |
| 2.2 | OBJETIVOS DA PESQUISA | 15 |
| 2.2.1 | Objetivo geral..... | 15 |
| 2.2.2 | Objetivos específicos | 15 |
| 2.3 | MARCO TEÓRICO | 16 |
| 3 | REVISÃO DE LITERATURA..... | 19 |
| 3.1 | SURGIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO..... | 19 |
| 3.2 | FENOMENOLOGIA | 22 |
| 3.3 | CONCEITOS DE DOCUMENTO..... | 30 |
| 4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 52 |
| 4.1 | O MÉTODO EIDÉTICO..... | 54 |
| 4.2 | ANÁLISE DE CONTEÚDO..... | 57 |
| 4.2.1 | Histórico..... | 57 |
| 4.2.2 | Conceitos..... | 58 |
| 4.2.3 | Análise de Conteúdo e Análise Documental..... | 59 |
| 4.2.4 | Etapas da análise de conteúdo..... | 60 |
| 4.3 | TEORIA DO CONCEITO..... | 62 |
| 5 | ANÁLISE DE DADOS..... | 64 |
| 5.1 | Pré-análise | 64 |
| 5.2 | Análise do material..... | 66 |
| 6 | O TRATAMENTO DOS RESULTADOS, A INFERÊNCIA E A INTERPRETAÇÃO..... | 68 |
| 6.1 | APLICANDO O MÉTODO EIDÉTICO..... | 71 |
| 7 | CONCLUSÃO | 76 |
| | REFERÊNCIAS | 77 |

1 INTRODUÇÃO

Documento (unidade física), documento (unidade simbólica), documento derivado, documento desclassificado, documento legível por máquina, documento mecanografado documento cartográfico, esses são alguns dos documentos citados no *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, além dos conceitos, subtipos e peculiaridades citadas por Cunha e Cavalcanti (2008) no mesmo.

Toda essa curiosidade sobre o que seria um documento começou com Paul Otlet, em 1903, quando ele utilizou a palavra documentação pela primeira vez em seu artigo *Les science bibliographique et la documentation* (ORTEGA, 2009, p. 62). Ali, Otlet abriu as portas para a discussão que dura até hoje, o que se pode denominar documento? Abriu-se então, um leque de possibilidades para objetos não textuais além de livros e registros escritos, bem como esculturas e obras de arte. Hoje, é certo que ele incluiria os documentos digitais.

Além das definições de Otlet, há outras reflexões de seus seguidores. De sua nova ciência, a Documentação iniciada por ele e Henri La Fontaine, mentores do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) criado, em 1895, na Bélgica e do Repertório Bibliográfico Universal (RBU) projeto proposto no mesmo ano (ORTEGA, 2009, p. 61), foi levantada a discussão acerca do conceito de documento.

A visão de Otlet sobre o que seria documento expandiu o conceito além do livro, do registro escrito; documento poderia ser tudo aquilo que fosse fonte de informação para o sujeito, podendo ser um livro, uma revista, uma fotografia ou um filme. Após essa abertura, até hoje é discutido quais objetos, seres, registros podem ser encaixados nessa categoria de documento. Com o passar do tempo, várias correntes surgiram defendendo, completando e questionando a documentação e seu objeto de estudo sendo elas da França, Espanha, Portugal, Estados Unidos, União Soviética, Alemanha entre outras. Com essas correntes diversas, conceitos variados e questões novas foram surgindo acerca da Documentação e, principalmente, sobre o seu objeto de estudo, o documento.

Neste estudo será apresentado mais a fundo os conceitos de documento, desde a teoria clássica até os autores mais modernos; definido aquilo que se apresenta como documento. Será introduzido o conceito de Fenomenologia, que é o referencial teórico utilizado para a busca do

conceito de documento. Será apresentado um breve histórico, conceitos essenciais e o método utilizado para realizar a redução do conceito de documento até a sua forma essencial (redução eidética). Esse conceito filosófico será utilizado para alcançar a essência/*eidos* do documento, através da Fenomenologia de Husserl, que pretende ver aquilo que, em sua essência, se apresenta para nós, no mundo, como documento.

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Com a grande quantidade de informação que é produzida atualmente, às vezes é difícil separar aquilo que possui uma informação relevante para determinado fim, seja real ou potencial de todo o restante de material produzido. A Documentação surgiu com esse objetivo, “[...] um conjunto de técnicas desenvolvidas para gerenciar documentos importantes (ou potencialmente significativos), significando, na prática, textos impressos [...]” (BUCKLAND, 1997, p. 3). Entretanto, como o próprio Buckland continua, não há razão para que a Documentação fique presa ao texto impresso. Wolegde (*apud* ORTEGA, 2009, p. 63) também cita uma definição de Documentação de Theodore Besterman, que apareceu na primeira edição do *Journal of Documentation*, em 1945 (ORTEGA, 2009, p. 63), que abre os horizontes do que seria documento e a ocupação da Documentação “[...] qualquer coisa em que conhecimento é registrado é um documento, e Documentação é todo processo que serve para tornar um documento disponível para alguém que busca conhecimento [...]”.

Documento, hoje, não significa necessariamente um texto impresso, um livro, um manuscrito. Na definição de Otlet, a mais geral que se pode dar, documento é “um suporte de certo material e eventualmente de uma dimensão de algum dobramento, no qual estão inclusos alguns sinais representativos de dados intelectuais.” (OTLET, 2007, p. 43). Ou seja, documento, não é só um documento textual impresso.

Documento tem possibilidades infinitas de conceituação, dependendo da área de estudo, da ciência que o trata, do entendimento de quem o procura, do valor que se pode enxergar nele. “Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica” (OTLET, 1937, p.1), assim sendo, tudo pode ser documento. Se for investigado, em tudo aquilo a que se chama de documento, que é armazenado como documento, há de ter uma semelhança, algo que caracteriza um documento, que faz o documento ser documento.

Um documento tem como função passar uma informação, ser um registro histórico, uma testemunha informacional. E, como já citado antes, com a enorme produção informacional na atualidade é necessário reconhecer um documento, entre mil outros objetos. Para esta pesquisa, os conceitos de informação e de documento são tratados como complementares. “Documento: Qualquer fonte de informação, na forma de material, capaz de ser usada para referência ou estudo ou como uma autoridade.” (BUCKLAND, 1997, p. 5). A informação como conteúdo do documento, e, portanto, documento como suporte dessa informação.

Em todos esses documentos, sejam eles textuais ou não, impressos ou digitais, tradicionais ou tridimensionais, há uma essência, que pode ser encontrada em todos? Para tentar responder a esta pergunta será usada a ideia de *eidōs*, essência em grego, presente na fenomenologia de Edmund Husserl. Na filosofia de Husserl é tratado o conceito de redução eidética. De antemão trata-se de reduzir o objeto a sua essência, seus *eidōs*, através da variação de possibilidades. O conceito será explorado mais à frente. Alcançado esse *eidōs*, surge a questão, o que poderá ser chamado de documento? Assim, pergunta-se: quais são as características fundamentais de um ente para ser considerado um documento?

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2.1 Objetivo geral

Identificar as características fundamentais, a essência/essencial para que um ente possa ser considerado um documento, usando para isso a fenomenologia Husserliana.

2.2.2 Objetivos específicos

- Definir estruturas/características que aparecem em todos os tipos de documento.
- Apresentar uma introdução à fenomenologia de Edmund Husserl.
- Fazer uma tentativa de uma fenomenologia do documento, baseada na fenomenologia Husserliana.

2.3 MARCO TEÓRICO

A fenomenologia é uma corrente de pensamento da filosofia do final do século XIX e início do século XX, que se iniciou com Edmund Husserl (1859-1938) e suas investigações. Seu trabalho deu início ao movimento fenomenológico, o que foi possível já que seu pensamento impactou as obras de grandes pensadores como Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Merleau-Ponty, entre outros.

A fenomenologia pretende ser um método investigativo. Nas palavras de Fernandes,

Fenomenologia, tomada nesta acepção, designa, pois, um movimento, não uma escola. Um movimento, que seria constituído como *círculo de círculos de investigadores*, que têm uma impositação ou atitude investigativa comum, mas que não se estabelece no modo de uma doutrina uniforme. Neste sentido, *há várias tendências fenomenológicas*, no movimento da fenomenologia. Em todo o caso, é inegável que a fenomenologia está *na raiz* de um considerável ímpeto de renovação da filosofia e, por conseguinte, das ciências positivas e até mesmo de vários âmbitos de vida e cultura, na primeira metade do século XX. (FERNANDES, 2011, p. 17).

Seu marco foi o lançamento, em 1900, dos escritos de Husserl, o primeiro volume das *Investigações Lógicas*, no qual a fenomenologia aparece como um conceito de método de investigação filosófica, que seria rever o pré-conceito de método, o que é necessário para compreender sua filosofia. Husserl pretendia que a filosofia fosse uma ciência de rigor, mas entendendo rigor como precisão, exatidão.

Fernandes diz que

Tal conceito de método busca dar à filosofia o caráter essencial de uma ciência rigorosa que, por sua vez, enquanto ontologia universal, possibilite às ciências não-filosóficas uma fundamentação radical e transparente, por meio também das suas ontologias regionais; e que, enquanto modo rigoroso de indagação e investigação de questões fundamentais, possibilite, na práxis, aos indivíduos e às comunidades humanas uma existência segundo a verdade e a veracidade (FERNANDES, 2014, p. 21).

No entanto, Husserl acaba percebendo que a filosofia não consegue ser uma ciência de rigor, o que acabaria tornando-a uma serva da ciência. Assim, ele acaba por negar tanto a teoria da ciência quanto às visões de mundo, que são as “verdades” que já estão prontas no mundo (local onde as coisas estão postas) e nos são dadas. Para ele a fenomenologia deve ser uma crítica da razão, que coloque em xeque o racionalismo moderno.

Ela se reconhece, portanto, como função da autorreflexão universal da humanidade (transcendental) no serviço de uma práxis universal da razão, isto é, no serviço da aspiração, libertada através da descoberta, na direção da ideia universal, que jaz no

infinito, da absoluta perfeição ou, o que é o mesmo, na direção da ideia, que jaz no infinito, de uma humanidade que de fato e inteiramente existiria e viveria em verdade e autenticidade. (HUSSERL *apud* FERNANDES, 2014, p. 14).

Ou seja, a fenomenologia seria uma autorreflexão universal da humanidade, que pensa a relação sujeito x objeto e vice-versa. Essa autorreflexão seria de si para si mesmo, uma reflexão pessoal, mas não significa que seja particular, pois é um pensamento pessoal que parte do universal, e um universal que é um saber pessoal do universal. Então, ao abrir mão do mundo e de suas visões, se parte para o método investigativo.

A investigação é uma pesquisa, só que mais abrangente que uma pesquisa; uma investigação é uma busca e o método, o caminho para essa busca. O método vai além das regras de pesquisa, é o meio, o caminho, tem o caráter de uma busca interrogatória. E essa investigação é filosófica. E essa investigação filosófica, ou seja, que visa o questionamento, a reflexão, quer dar uma nova maneira de ver o mundo, para que possa se enxergar os fenômenos assim como eles se mostram, se revelam para o indivíduo.

A fenomenologia, como conceito de método, significa um modo de caminhar, na investigação e busca de um saber, que recomeça, sempre de novo, da disposição do não saber. O princípio dos princípios deste método é: ater-se ao que se mostra, tal como se mostra. Trata-se de aprender a ver. É que, nem sempre, o que pressupomos saber se assenta, de fato, numa intuição clara e distinta. Muito do que falamos se baseia em pressuposições obscuras, vagas e difusas. Muitas das nossas ações e decisões mancam por falta de transparência. A fenomenologia diz, então, um propósito: “às coisas mesmas!” (FERNANDES, 2011, p. 21).

Husserl propõe que para vivenciar uma fenomenologia transcendental, é necessário abrir mão do mundo, deixar de lado suas convicções para que seja possível retomar o mundo mais tarde, depois de se re-conduzir à essência, a fonte originária de todas as coisas.

O fato de que a fenomenologia tenha de lidar com a “consciência”, com todas as espécies de vividos, com atos, com correlatos de atos, não altera em nada tal situação. Ver isso com clareza exige, sem dúvida, não pequeno esforço dos hábitos de pensar, reconhecer e pôr abaixo as barreiras espirituais com que eles restringem o horizonte de nosso pensar, e então apreender, em plena liberdade de pensamento os autênticos problemas filosóficos, que deverão ser postos de maneira inteiramente nova e que somente se nos tornarão acessíveis num horizonte totalmente desobstruído – são exigências duras. Nada menos que isso, no entanto, é exigido. (HUSSERL, 2006, p. 27).

Então, na fenomenologia husserliana, para se buscar a razão deve-se lutar contra as visões de mundo vindas da ciência, é abrir mão da atitude natural (habitual) que é o mundo, como totalidade das coisas, partindo para a atitude fenomenológica, que é exatamente por essa atitude natural, o mundo, em suspenso.

A partir daí, Husserl começa a busca pela intersubjetividade transcendental. Para melhor esclarecer, uma breve revisão de literatura sobre a intersubjetividade transcendental que Husserl busca, assim como o conceito de redução eidética, que será usado para buscar a essência (*eidōs*) do Documento, esteja inserido em um contexto mais compreensível, será apresentado mais adiante.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 SURGIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

A documentação surgiu para tratar os documentos ao longo de todo o seu ciclo. Da sua criação até chegar ao seu usuário. Nas palavras de Otlet, seu fundador,

A Documentação é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes. O autor, o copista, o impressor, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o documentador, o bibliógrafo, o crítico, o analista, o compilador, o leitor, o pesquisador, o trabalhador intelectual. [...] acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor. Ela é ativa ou passiva, receptiva ou dativa; está em toda parte onde se fale (Universidade), onde se leia (Biblioteca), onde se discuta (Sociedade), onde se coleccione (Museu), onde se pesquise (Laboratório), onde se administre (Administração), onde se trabalhe (Oficina). (OTLET, 1937, p. 1).

A Documentação surgiu da intenção de Paul Otlet e Henri La Fontaine, mentores do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) criado, em 1895, na Bélgica e do Repertorio Bibliográfico Universal (RBU) projeto proposto no mesmo ano (ORTEGA 2009, p. 61).

A ideia do RBU era reunir um índice de assuntos com a maior abrangência possível, que chegou aos 16 milhões de fichas em 1934. Com o passar do tempo, a intenção de criar um repertorio bibliográfico evoluiu para uma ideia de um campo do conhecimento que propunha acompanhar o documento do início ao fim do ciclo documentário, que ficaria conhecido por Documentação. Segundo Ortega (2009), a Bibliografia foi por mais de quatro séculos, sinônimo de Biblioteconomia, até que no final do século XIX, Otlet e La Fontaine desenvolveram, a partir da Bibliografia, a Documentação, uma disciplina distinta da Biblioteconomia. Rabello (2009, p. 156) afirma que não houve, apesar dessa separação, um rompimento entre Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação, mas sim uma adição de valores, em que à concepção clássica de livro foi acrescida uma definição mais abrangente, afinal para Otlet “a definição mais geral que se pode ter de livro é um suporte de um certo material e eventualmente de uma dimensão de algum dobramento, no qual estão inclusos alguns sinais representativos de dados intelectuais.” (OTLET, 2007, p. 44, tradução nossa).

Enquanto a Bibliografia tinha o seu trabalho voltado, principalmente, aos registros bibliográficos (em formato livro), a Documentação focava toda a informação documentada,

considerando os documentos de natureza múltipla, ou seja, todos os tipos de documento em todos os suportes de informação. (BLANQUET *apud* RABELLO, 1993, p. 201).

No *Tratado de Documentação*, o grande clássico da área, de 1934, Otlet cita os princípios da documentação:

Os princípios da documentação consistem principalmente, a fim de proporcionar o conhecimento de informações factuais e documentadas: 1º Universal enquanto seu objeto, 2º Seguras e verdadeiras, 3º Completas, 4º Rápidas, 5º Atualizadas, 6º Fácil de obter, 7º Reunidas por antecedência e dispostas a ser comunicadas, 8º Colocadas à disposição da maioria (OTLET, 2007, p. 6).

Com isso, a documentação não só trata a informação, mas acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento que impressiona o cérebro do leitor (OTLET, 1937 *apud* ORTEGA, 2004).

O pensamento de Otlet é muito atual, sua visão e ideal de documento, já naquela época abriu um leque de possibilidades sobre o que é de fato um documento, fato que garantiu a continuidade dos estudos na área até os dias atuais.

Os europeus deram continuidade a estes estudos e aplicações até que, os movimentos causados pela Segunda Guerra Mundial acentuaram estes avanços devido às necessidades específicas dos países envolvidos na recuperação de conteúdos a partir de tipos diversos de documentos, inclusive com tentativas rudimentares de recuperação mecânica da informação. (ORTEGA, 2004, p. 6).

Essa fase de inovação de Otlet é considerada um marco na evolução para o movimento documentalista, que acabara de se originar e que viria a se ramificar e criar correntes pelos mais diversos países como, França, Espanha, Portugal e Estados Unidos. Na verdade a França a Espanha são mais do que correntes, elas têm papel fundamental na organização e desenvolvimento da documentação.

À luz dessa aproximação, emerge o primeiro momento da Documentação, de “fase positivista”, que representa um período de transição da *tradição* rumo à *inovação* conceitual. Essa fase foi marcada pela aceção otletiana de *documento* após a década de 1930, quando o conceito foi formulado considerando os objetos produzidos pelo homem em direção ao *conteúdo informacional*. [...] Tal concepção foi o ponto de partida para que a bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951), em seu ensaio *Qu'est-ce que la documentation?*, ampliasse ainda mais o conceito. (RABELLO, 2011, p.10).

Suzanne Briet, documentalista francesa, foi a grande discípula e sucessora de Otlet, fazendo da França a segunda casa da Documentação. Foi ela a criadora de outro grande clássico sobre a Documentação, *Qu'est-ce que la documentation?*, publicado em 1951. Nele Briet

descreve a Documentação como “[...] técnica de trabalho intelectual, uma profissão distinta, uma necessidade de nossos tempos.” (BRIET *apud* RABELLO, 2009, p. 160).

Briet (apud SIQUEIRA, 2011, p. 56) também ressalta o valor do documento como evidência, ou seja, uma base de conhecimento fixada materialmente, capaz de ser usada para “consulta”, “estudo” ou “prova”. Suzanne Briet introduziu um novo aspecto ao conceito de documento, na verdade o expandiu. Michael Buckland afirma que na visão de Briet um documento é "qualquer sinal físico ou simbólico, preservado ou gravado, com a intenção de representar, reconstruir ou para demonstrar um fenômeno físico ou conceitual" (BRIET *apud* BUCKLAND, 1997, p. 5). O entendimento deve ser de que Documentação não se ocupa com o texto, o impresso, mas sim com o conteúdo, o acesso à evidência, diz Buckland.

Na corrente francesa há outros discípulos de Otlet que acrescentaram noções importantes ao conceito de documento como Robert Escarpit, Jean Meyriat, conceitos esses que serão detalhados em capítulo específico.

Na Espanha, na década de 1970, se deu um prosseguimento considerável da teoria clássica iniciada na Bélgica e na França. Nomes como Lasso de la Vega e López Yepes deram ênfase ao estudo da Documentação, ambos entendem o processo de documentação como condição necessária para a atividade científica e para o desenvolvimento da ciência (ORTEGA, 2009, p. 67). Para López Yepes o documento é um componente essencial do processo de documentação, é a célula viva do processo documentário, ou seja, é o processo de comunicação que permite usar, permanentemente, as informações para obter novas informações (LOPES YEPES, 1997, p. 15). Além do caráter histórico conceitual na corrente espanhola, já aparece o conceito de informação, que também surge com os autores anglo-saxões.

Segundo Ortega (2009), apesar de o termo Documentação só ter aparecido nos Estados Unidos na década de 1950, e hoje estar defasado, dois autores americanos descobriram o conceito de Otlet e acrescentaram a ele o conceito de informação. São eles: Michael Buckland e Bernd Frohmann.

Em um de seus artigos, Michael Buckland traz o questionamento, logo no início de que “[...] se “documentação” (um termo que inclui os sistemas de armazenamento e recuperação de informações) é o que você faz para ou com documentos, o quão longe você pode esticar o significado de "documento" e quais eram os limites para "documentação"? (BUCKLAND, 1997, p. 1).

Ele traz também, a questão da informação como forma física. Para ele estas questões são importantes porque os sistemas de informação mecânicos só podem operar sobre representações físicas de informação (BUCKLAND, 1997, p. 2), ou seja, a informação precisa ser vista como uma coisa, um objeto.

Já Frohmann (*apud* ORTEGA; LARA, 2009, p. 319) coloca a questão sobre a noção de informatividade dos documentos, sendo a informatividade aquilo que dá “forma” ao objeto para se tornar documento, ou seja, refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos (ORTEGA; LARA, 2009, p. 319). Para Frohmann, segundo as autoras, o documento é a materialidade da informação.

Assim, com todas essas correntes de pensamento, a Documentação, traz diversos significados para o seu objeto de estudo, o documento. Esses diferentes significados serão apresentados mais adiante, de acordo com cada autor.

3.2 FENOMENOLOGIA

No texto *Conferências de Paris*, de 1929, Husserl começa sua busca por uma ciência universal baseando-se e analisando as meditações de Descartes, que assim como ele, estava em busca de uma ciência universal, de uma fundamentação das ciências, a diferença é que Husserl tenta desviar dos erros que acreditava terem sido cometidos por Descartes. E foi assim que deu início às meditações que geraram sua obra *Meditações Cartesianas*, publicada após a sua morte, em 1950, que estão divididos em cinco meditações, em busca de uma filosofia universal. Assim, começa-se uma análise da obra.

Essas meditações são passos, pode-se assim chamar ou até mesmo instruções, para que se possa alcançar a intersubjetividade transcendental. Porém, até chegar a essa conclusão um longo caminho foi percorrido por Husserl que vai contrapondo e apoiando-se em outros filósofos, tais como Descartes e Leibniz, entre outros. Husserl começa as meditações analisando a filosofia de Descartes a partir da qual, como já foi dito anteriormente, deu o passe inicial para sua fenomenologia.

O seu primeiro comentário é sobre o objetivo de Descartes de realizar uma completa reforma da filosofia, na qual ele incluiria, também, todas as outras ciências com o propósito de encontrar uma ciência universal que seria a base de todas as outras ciências. Essa busca se daria

por meio da virada da ciência para o sujeito tornando possível essa reconstrução. Husserl fala que essa virada, da ciência para o sujeito, se dá em dois níveis, o da decisão e o do regresso. Nesse primeiro nível da decisão, Husserl diz que “todo aquele que quer tornar-se filósofo deve, uma vez na vida, recolher-se em si próprio e procurar, dentro de si próprio, destruir todas as ciências já dadas e de novo construí-las.” (HUSSERL, 2013, p. 1). Seria o sujeito abandonar todas as verdades e certezas que até o momento lhe foram dadas e recolher-se em si próprio, num exercício de solidão que lhe prepararia para buscar as suas certezas sobre o mundo. É uma filosofia que primeiro se resume ao individual para depois partir para o universal. “Trata-se da *sua sapientia universalis*, isto é trata-se do seu saber esforçando-se pelo universal” (HUSSERL, 2013, p. 2). Essa busca só pode ser possível se o sujeito de fato quiser abdicar de todas as certezas, destruindo o mundo ao qual está habituado, recolhendo-se e, dessa forma, ficará aberto para perceber um novo mundo com outras verdades.

No segundo nível, seria o regresso ao ego filosofante, o ego das *cogitationes* puras, o que seria uma volta ao método da dúvida de Descartes, no qual só vale aquilo que está protegido de toda e qualquer dúvida. O ego, através da dúvida, procura encontrar a certeza absoluta, uma evidência apodítica, que não deixa espaço para a dúvida. O que leva o ego ao solipsismo¹ e deixa claro que *o ego cogito* é a única evidência apodítica. E isso porque o ego não pode duvidar do eu que dúvida, o ego pode até duvidar do seu corpo, mas não pode duvidar da sua mente que duvida. O ego é indubitável, a ideia do mundo parte do ser. Para Husserl o pensar é uma atitude natural.

Nesse momento o ego já se encontra sozinho fora do mundo, deixando o mundo em suspenso e buscando em si a fonte originária de todas as coisas. Husserl então indica que a partir do momento em que o ego mergulha nesses dois níveis não há nem ciência nem mundo válidos para ele. O mundo é, para o ego, apenas uma simples pretensão de ser, diz Husserl. Então, agora tudo aquilo que existe, ainda existe só que agora e tomado por outro ponto, outra visão. Não é porque foi colocado em suspenso, “tirado do mundo” que esse mundo objetivo deixa de existir. E essa abstenção de todas as coisas do mundo objetivo colocadas para o ego é o que Husserl define como *epoché fenomenológica* que seria, em suas palavras, “o meio metodológico por meio do qual eu me capto puramente como aquele eu e aquela vida de consciência na qual e através da

¹ Solipsismo é a condição do ser que se encontra sozinho no mundo. Isso é resultado da *epoché*. No livro *Meditações Cartesianas* (2001), a condição solipsista do ser é descrita como “Diante da realidade absoluta e indubitável, o sujeito que medita só retém a si próprio como *ego puro* de suas *cogitationes*, como algo que existe indubitavelmente sem poder ser suprimido mesmo que esse mundo não existisse. A partir daí, o eu, assim reduzido, realizará um modo de filosofar solipsista” (HUSSERL, 2001, p. 21).

qual o mundo objetivo no seu conjunto é e é tal como precisamente para mim é” (HUSSERL, 2013, p. 6).

Já dá para notar com essa fala a ideia de Husserl do ser como fonte originária de todas as coisas, em que a consciência do ente, o ego que está sendo, é a consciência das coisas do mundo objetivo.

Já o mundo, Husserl coloca como algo natural, natural no sentido daquilo que é habitual, com o qual o ego interage naturalmente. O mundo é essa totalidade de coisas, objetos que estão colocados. O mundo é visto como um horizonte dos horizontes, das experiências e objetos. A atitude natural precisa ser trocada, pois na atitude natural o mundo é considerado absoluto. No entanto, o mundo não vem de uma evidência apodítica, dessas que o ego procura, o mundo vem da empiria e evidências empíricas nunca são absolutas, apodíticas. Entra em cena, então, a atitude fenomenológica, a *epoché transcendental*², que põe a crença na existência do mundo em suspenso. Ela neutraliza a posição do mundo, para que ele possa ser o fenômeno, para que o mundo possa se dar.

Husserl está interessado na subjetividade transcendental, e não na subjetividade empírica, porque a empiria objetiva o sujeito, e o eu que constitui ao ego mesmo, não pode ser objetivado, pois ele é fonte, não derivação. É o sujeito transcendental, que está aquém do mundo. Com sua ideia de consciência, Husserl volta-se para o sujeito numa redução do objeto, sendo o objeto aquilo que está lançado diante do ego. Com essa redução, pretende-se voltar, trazer o objeto a sua fonte, voltando pelo seu projeto, o projetar do sujeito, até o sujeito que projeta, o sujeito que tem consciência e projeta sua consciência do objeto, originando o objeto.

Esse percurso de volta é o que Husserl chama de redução, tudo de que se tem consciência é reconduzido à consciência, reconduzir o objeto à fonte; essa redução pode ser fenomenológica, transcendental, eidética. Mas, além da volta a sua origem, também há o percurso de volta, como o sujeito projeta esse objeto, como ele se dá, como se constitui. A constituição é, pode-se dizer, o caminho contrário ao da redução. O constituir institui um sentido, dá uma validade de ser ao

2

No livro, *Ideias para uma fenomenologia pura para uma filosofia fenomenológica* (2006), Husserl descreve a *epoché* fenomenológica, para que não se confunda sua *epoché* com a dúvida da existência do mundo, pelos céticos, nem com a negação do mundo, pelos sofistas. Ele diz “Tiro, pois, de circuito todas as ciências que se referem a esse mundo natural, por mais firmemente estabelecidas que sejam para mim, por mais que as admire, por mínimas que sejam as objeções que lhes pense fazer: eu não faço absolutamente uso algum de suas validades. Não me aproprio de uma única proposição sequer delas, mesmo que de inteira evidência, nenhuma é aceita por mim, nenhuma me fornece um alicerce [...] da mesma maneira, não importa quão boas elas sejam, não importa se são fundadas positivamente, ou de algum outro modo: todas as teorias e ciências que se referem a esse mundo devem sucumbir ao mesmo destino” (HUSSERL, 2006, p. 81).

objeto. Ele percebe como minha consciência constitui o objeto e o mundo, enquanto totalidade objetiva.

Redução, constituição e intencionalidade, são fundamentais para Husserl. É na intencionalidade que se percebe o fenômeno, ela seria a ligação entre a redução e a constituição. A intencionalidade é ligada à consciência, toda consciência que se tem é consciência de alguma coisa. Essa análise intencional do ente, do fenômeno é o que faz nossa consciência. Husserl diz que a “análise intencional é o desvendamento das atualidades e potencialidades em que os objetos, enquanto unidades de sentido, se constituem.” (HUSSERL, p. 17). É a consciência que se tem daquilo que é posto ao ego, o fenômeno, e como ele se mostra. Mas, apesar da intencionalidade da consciência, para validar esse objeto, esse mundo objetivo, é preciso evidências. A evidência é o visar judicativo, do juízo do ego, que tem consciência da coisa mesma.

A base da ciência é o juízo que o ego faz das coisas, pois do juízo que se tem, surge o raciocínio, que leva a um argumento, que forma uma teoria que baseia a ciência. E esses juízos são um presumir intencional. Isso já aparece na 1ª meditação, na qual Husserl indica o caminho para o ego transcendental. Então, quando o eu (ego) presumo alguma coisa, eu tenho uma intenção vazia, que é preenchida com uma consciência-de-evidência. Esse preenchimento pode-se entender como um cumprimento, em que o eu (ego) presumo uma coisa e depois das evidências que eu possuo, eu cumpro o meu presumido, o realizo. Também pode ser uma verificação, ao escutar sobre um estado-de-coisa, o eu (ego) verifico que aquilo se confirma. É a experiência da verdade. E desses juízos vem a evidência, que se pode dizer, é a coincidência entre o juízo e o real. As evidências que o ser encontra podem ser três. A evidência apodítica, na qual do que se tem conhecimento não há espaço para dúvida, a evidência adequada, na qual se tem conhecimento do todo e a evidência acertólica, que deixa margem para a dúvida. Até aqui a evidência apodítica é a que o eu possui, *o ego cogito*.

O fenômeno tem validade, é verdadeiro, para mim por meio das evidências, Husserl diz que “esta validade só é para mim tanto quanto presuma que posso prová-la” (HUSSERL, p. 21). A verdade é, antes de uma concordância, uma manifestação do real. Aqui o mundo continua em suspenso com a *epoché*, detendo a nossa atitude natural. Mas a validade do mundo continua, só que essa validade se dá na fonte do eu, na consciência do eu. O ego, para Husserl, é o centro de referência de tudo. Mas o eu transcendental, que Husserl aqui quer alcançar, vem através da

redução transcendental, que reconduz as *cogitationes*, chamada do fluir de vivências, ao eu transcendental, que não existe como um ser psicofísico, reconduzindo o objeto para o sujeito transcendental. O mundo se torna transcendente, é verdadeiro, mas não é absoluto. Apesar de parecer que o ego e o mundo se separam, o mundo e a consciência só fazem sentido se for pensar-se neles de modo correlacionado.

Husserl trata nas meditações sobre a abertura do campo de experiência transcendental segundo suas estruturas universais. A experiência transcendental aparece após pôr o mundo em suspenso, a tese do mundo. Ela vai do constituído, o objetivo que é a posteriori, para o constituinte, o subjetivo que é a priori, nos conceitos de ato noético e objeto noemático. Para Husserl o ato noético é a vivência, e o objeto noemático, o vivenciado, o conteúdo da vivência. As estruturas universais são aquelas que toda a consciência apresenta e que diz respeito a todas. Nesse campo das experiências, além das vivências, evidências, há também a imaginação, a fantasia, que nós vivenciamos no “como-se”, uma possibilidade, diferentemente do real, que vivenciamos efetivamente. “As realizações constitutivas do sentido e do ser pertencem todos os níveis tanto da realidade como da idealidade” (Husserl, 2013). A estrutura universal apodítica da experiência do eu, seria a corrente das vivências do ego. Tudo aquilo que é vivenciado, que é experiência na sua história, considerando a temporalidade, que é quem dá forma as vivências do eu. Aqui a fenomenologia transcendental começa na pura egologia, que é a própria estrutura universal apodítica da experiência do eu. Husserl fala

[...] passemos agora a pôr em relação essa teoria transcendental-egológica da constituição – que apresenta tudo o que é para o ego como uma formação surgida nas motivações sintéticas da sua própria vida intencional, das realizações ativas e passivas [...] (HÜSSERL, 2013, p. 29).

Ele cita a aparência solipsista que essa egologia propõe. Ele trata ainda da problemática constitutiva, da verdade e realidade. A realidade é a efetividade, mas há também a quase-realidade, pode-se também falar de efetividade e quase-efetividade. Essa quase-efetividade ou quase realidade, seria a fantasia, que apresenta a realidade, que eu imagino, na forma do como-se, algo que poderia existir. A fantasia é importante para o método fenomenológico, pois possui sua intuição, uma intuição prefigurativa. E também traz as evidências da possibilidade de ser, o que poderia ser, o que foi e o que pode vir a ser. É importante, também, para a redução eidética, na qual para alcançar o eidos, a essência do ser, é usada a imaginação para pensar, todos os mundos e maneiras possíveis de um ente se mostrar, e dali poder recolher suas características imutáveis,

permanentes. A característica universal, pode-se assim dizer, do objeto. Sua ideia, sua essência. A imaginação abre o campo das possibilidades de ser que são necessárias, nos dá o a priori.

A verdade se apresenta como uma síntese. Uma síntese entre um presumir, um intencionar. Ele mostra um caráter evidente do ser ou não ser, de um estado de coisa. Essa evidência é fundamental para que haja verdade. A verdade se constitui numa observação. A verdade é a confirmação, a prova de uma presunção. A verdade tem caráter de certeza, que por sua vez tem característica de autoasseguramento do eu. Ou seja, quando é colocada a prova, que aqui é fazer evidente, uma presunção ela, a intenção, não pode ser vazia, tem que ser preenchida, ou seja, uma evidência para confirmar o ser ou o não ser. Há também a razão, que para Husserl é uma forma estrutural, essencial, universal da subjetividade transcendental. A razão apreende a evidência do ser ou não ser do objeto. E essa evidência se dá quando há um presumir não vazio, no noético da evidência. Quando o eu pode estar junto, contemplar a coisa-mesma. E quando no lado noemático, o fenômeno apresenta-se a si mesmo, quando há autodatidade.

Na quarta meditação, Husserl trata do método eidético, para alcançar o eidos do eu, da vida transcendental do eu e por fim como sair desse solipsismo no qual o ente ainda está e retomar o mundo objetivo, até então em suspenso. O ego e sua vida transcendental é fática. E essa vida fática, leva a busca pela origem dos fatos que formam a vida do eu, mas não é buscar o que faz o fato, mas a origem da qual se formam os fatos. Buscar a singularidade, a egoidade desse eu fático. Husserl diz

[...] entregamo-nos ao empreendimento de desvendar, numa autorreflexão sistemática e enquanto ego puro, o campo de consciência em totalidade, reconheceremos, então, que tudo o que é para esse ego é algo que se constitui nesse próprio ego; mais ainda, que todo e qualquer tipo de ser - e, dentro disso, aquele que se caracteriza como transcendente - tem a sua constituição particular [...]. (HUSSERL, 2013, p. 31).

Fica claro a intenção dessa autorreflexão de encontrar não só a singularidade, mas também o eidos, aquilo que diz respeito a egoidade do ser, que faz o eu ser um eu. E nota-se também Husserl já buscando uma saída, ou melhor, um retorno para mundo, saindo do solipsismo quando se refere a todo e qualquer tipo de ser tem a sua constituição particular. Pode-se reconhecer que ele nota que ser um eu, é algo que pertence a todo eu, e que essas características do eu, estão, também, nos outros eus.

Para isso ele segue o método eidético ou redução eidética, citada anteriormente. Na busca do eidos, a essência, a redução eidética se baseia na imaginação, na variação de possibilidades de

ser. Essas variações se dão na busca de todas as formas possíveis, em situações possíveis onde o ser encontre aquela forma ou formas, características que sejam necessárias, invariáveis e constantes. Essa imutabilidade é o que define o eidos. Não importa a possibilidade, o como - se, a egoidade será a mesma em todo aquele que for reconhecido como eu, em qualquer mundo possível. Seria, também, buscar a essência da egoidade. “Por essência, ambos [os universos] se correspondem, e aquilo que se corresponde por essência, é também, concretamente um, um na concreção absoluta: a da subjetividade transcendental” (HUSSERL, 2013, p. 32). Husserl busca essa essência para tentar alcançar um a priori inato da subjetividade transcendental. A priori esse que pode ser entendido como a condição necessária para que haja o eu, essência essa que pode já estar inserida no eu ou se desenvolver.

[...] Isto não vale, porém, simplesmente para o ego fático e para aquilo que faticamente lhe está acessível enquanto ente para ele. A auto explicação fenomenológica é uma auto explicação apriorística, e assim tudo é válido para qualquer ego, pensável, possível, para cada ser pensável e, por conseguinte, para quaisquer mundos pensáveis. (HUSSERL, 2013, p. 32).

Pode-se então dizer que passa a tratar não só de fatos, mas de essências e do a priori em especial. Nesse ponto, apesar de ainda estar no solipsismo, já pode-se pressupor outros mundos e outras possibilidades de eu e de eus. Para Husserl a consciência do eu constitui esses mundos. A consciência e suas experiências constituem os objetos que, por sua vez, levam a horizontes, dimensões, mundos. Cada objeto pode ser pensado como uma ponta que leva a outro mundo, que é outra ponta e leva a outro mundo e assim por diante. Todas essas possibilidades formam uma unidade, seria uma síntese universal objetiva, um mundo dos mundos. E esse mundo, que é transcendente, não é independente da consciência. A consciência constitui o mundo. A transcendência do mundo se dá na subjetividade transcendental, ou seja, mesmo estando eu fora do mundo, o mundo só pode estar em suspenso devido ao meu eu, pois sem a referência do eu, o mundo não teria um eu para colocá-lo de fora.

E por fim, na quinta meditação, Husserl sai do solipsismo. Ele reconhece que o ego, a consciência além do mundo, constitui o alter-ego, um reflexo do eu, o outro. “[...] de modo a ver como o alter-ego se anuncia e se confirma no ego enquanto doação de experiência, que tipo de constituição deve ser introduzida para o seu ser-aí, enquanto ser-aí no círculo da minha consciência e do meu mundo” (HUSSERL, 2013, p. 33). Essa constituição do outro, desse alter-

ego se dá pela intropatia ou empatia, e através dessa surge o outro no mundo. Mas Husserl questiona como isso é possível se apenas a sua vida intencional pode adquirir sentido?

A explicação vem do fato de que eu constituo o outro em mim mesmo no meu interior e vice-versa. O análogo do ego é captado nessa intropatia, segundo Husserl. Eu reconheço o outro ego porque assim como eu, ele é ego, assim os egos (nós) participam da mesma egoidade. No entanto, enquanto subjetividade, ele é um ego e eu sou outro. Eu, o ego vivente, noto, mas não vivencio o outro ego. “Todavia, em mim mesmo tudo isso é coexperienciado, num sentido secundário, ao modo de uma apercepção de semelhança inteiramente peculiar [...]” (HUSSERL, 2013, p. 34). Husserl compara essa constituição do outro em mim, ao conceito de mônada, de Leibniz. A mônada seria algo fechado que não precisa se abrir, pois na sua interioridade encontram-se todos os outros. Então, sendo o ego uma mônada que percebe a outra, Husserl fala do espelhamento de mônadas alheias ao meu ego. E essa comunicação, espelhamentos entre as mônadas só é possível porque eu sou um eu, um ego, assim como elas também são. E não somente o meu ego, minha mônada. Uma mônada se espelha na outra, que se espelha em outra, num ciclo, que leva a intersubjetividade. Ou, como Husserl chama de, uma sociedade transcendental-intersubjetiva, comunidade monádica. Com isso o ego sai do solipsismo e recupera o mundo com seus alter-egos. E a intersubjetividade só é possível com essa dinâmica de que para cada ego concebido, o alter-ego se espelha nele.

E essa é a intersubjetividade transcendental, citada no início, a qual Husserl pretendia chegar. A filosofia universal que ele buscava se dá por meio da sua fenomenologia, que, pelo que foi visto, pode-se dizer que é destruir as crenças postas ao eu, perder o mundo, para partir de mim para o mundo, do particular para o universal e recuperar o mundo. Husserl finaliza dizendo que

[...] o caminho necessário que leva a um conhecimento fundamentado de modo último, no sentido mais elevado, ou, o que é o mesmo, a um conhecimento filosófico, é o de um autoconhecimento universal, de início monádico e, de seguida, intermonádico [...] (HUSSERL, 2013, p. 38).

Ou seja, conclui-se que não há subjetividade transcendental, o eu sozinho, se ele não evoluir para intersubjetividade transcendental, pois só através dessa que é possível o mundo objetivo, pois inseridos no mundo, os eus, tem essa interrelação, num primeiro momento nessa comunidade monádica, possibilitando a intercomunicação de comunidades empíricas, ou seja, o mundo que vivenciamos. Então, antes de ser-com-o-outro, o ego, o sujeito precisa se recolher em si, para alcançar a intersubjetividade transcendental desejada por Husserl.

3.3 CONCEITOS DE DOCUMENTO

O que é documento? Pode-se começar a investigar uma resposta, pela etimologia da palavra, que tem origem no latim, *documentum*. Siqueira (2011, p. 12) explica, o termo é

[...] sinônimo de educação e instrução, agrega os significados nos presentes radicais *doceo* (ensinar) e *disco* (aprender). A etimologia remete, portanto, a um contexto de ensino e aprendizagem e a uma premissa segundo a qual quem emite uma mensagem espera produzir alguma alteração no outro [...].

Então, inicialmente, por documento pode-se pensar em um objeto que tem por objetivo passar uma mensagem, ou seja, documentos carregam em si um conteúdo. Documentos têm, primariamente, um caráter instrumental (MARCONDES, 2010, p. 9).

Partindo-se do início da Documentação em 1934, quando Paul Otlet, no *Tratado de Documentação* apresenta sua ideia de documento, como “um suporte de certo material e eventualmente de uma dimensão de algum dobramento, no qual estão inclusos alguns sinais representativos de dados intelectuais” (OTLET, 2007, p. 43). Ele amplia o conceito de documento até então pensado como livro, para todo tipo de material que possa trazer conteúdos intelectuais, ou seja, aquilo que acrescente ou aumente o nível intelectual de quem recebe tal conteúdo. “Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica” (OTLET, 1937, p. 1).

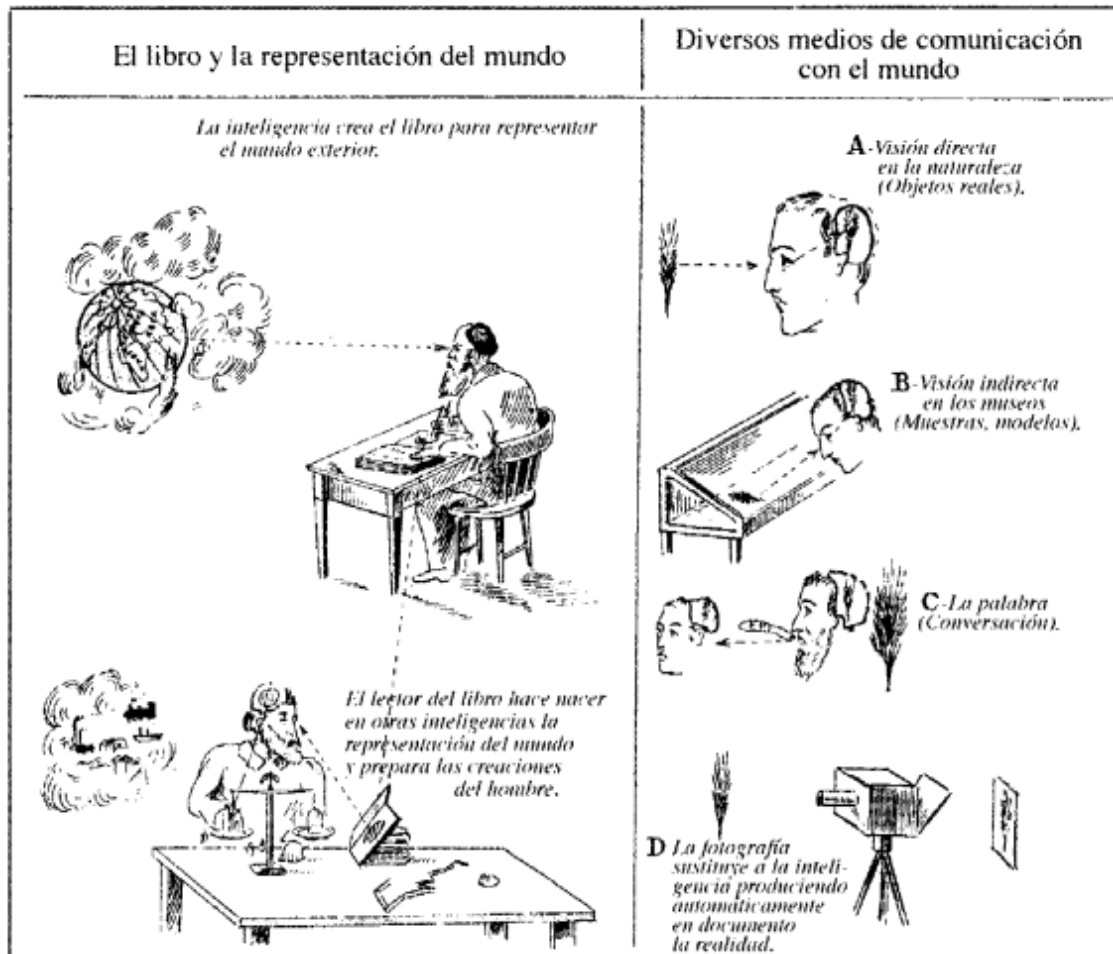
Otlet discute ainda do *Biblión*, “a unidade intelectual e abstrata, mas que se pode encontrar específica e realmente de vários modos” (OTLET, 2007, p. 43). Ele compara o *biblión* ao que seria o átomo para a física, a célula para a biologia e assim por diante. Uma forma única essencial que dá base ao objeto de estudo, o documento. Para Otlet, o documento vai muito além do livro, e por isso ele usa dessa “partícula” para ligar todos esses materiais. Livros, revistas, artigos, fotografias, filmes, tudo isso representava para ele um documento potencial.

Para reformular o conceito, Otlet retomou a concepção de *biblos* e passou a reconhecer a equivalência conceitual de *livro/documento/biblion* que representava todo objeto artificial em que se reconhecia alguma propriedade informativa (“*logos*”) (RABELLO, 2009, p. 10).

Tudo o que representa, de alguma forma, o mundo ou o que nele está contido é documento na visão de Otlet. Ele apresenta em sua obra um quadro explicativo da relação entre mundo e

documento (livro). O livro, segundo ele, é criado pela inteligência, pode-se entender também a inteligência como a consciência de um sujeito, para externar sua visão do mundo. A partir dessa representação documentada do mundo por um sujeito, quando outro sujeito acessa esse conteúdo, ele cria, a partir da sua interpretação do conteúdo acessado, sua própria visão do mundo.

FIGURA 1 – Ilustração de Otlet sobre o livro e a representação do mundo e os diversos meios de comunicação com o mundo



Fonte: OTLET (2007, p. 40)

Na figura 1 estão representados os diferentes modos de comunicação com o mundo. Otlet aponta quatro meios de interação com o mundo, existentes à época:

- visão direta dos objetos na natureza;
- visão indireta dos objetos nos museus;
- a palavra (oralidade), e;
- a fotografia.

Com isso, observa-se que hoje, após 80 anos de desenvolvimento de tecnologias, há muitos outros meios de contato com a realidade que se encaixam nesse pensamento de Otlet, o

que mostra que, mesmo citando quatro exemplos, ele conseguiu abranger de forma completa e atual como se dá a obtenção de conteúdos e seus registros.

Buckland (1998) lembra que Paul Otlet também observou a possibilidade de documentos serem tridimensionais, o que tornou os materiais de museu passíveis de serem nomeados documentos, bem como as esculturas.

Usou-se até agora a palavra conteúdo para se referir à mensagem contida no documento. Pode-se pensar, a partir do esquema de Otlet, que esse conteúdo é informação, uma vez que este passa uma mensagem para outra pessoa, que partindo da sua interpretação própria gera nova informação.

Segundo Rabello (2009), tal acepção otletiana, ao ser concebida numa época de influência positivista, considerou a ação humana de agregar ao objeto uma função informativa, o que garantiu um status de objetividade ao termo. Logo o que interessaria no documento não seria seu conteúdo cognitivo em si, mas o que fosse projetado nele [...] o documento teria um importante papel na projeção de memória gráfica, auxiliando na preservação da memória da humanidade. (RABELLO *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 13).

Essa corrente, a Documentação, criada por Otlet teve sucessores em várias partes do mundo. Contudo “se o berço da Documentação foi a Bélgica, sua normalização e organização deu-se efetivamente na França, no período de 1895 a 1937 (FAYET-SCRIBE *apud* ORTEGA, 2009, p. 64). E foi da França que saiu uma de suas mais importantes sucessoras, Suzanne Briet.

Suzanne Briet era funcionária da Biblioteca Nacional da França e na sua obra *Qu'est-ce que la documentation?*, de 1951 ela dá continuidade às ideias introduzidas por Otlet, conforme já citado no capítulo referente à Documentação.

Briet parte da definição de documento da UFOD (Union Française des Organismes de Documentation) (adotada em 1935, segundo Fayet-Scribe, 2001, p. 281): toda base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. Propõe, em seguida, outra definição que julga mais atual e abstrata: o documento é todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual (ORTEGA; LARA, 2009, p. 310).

Briet agrega ao conceito de documento a característica de prova, evidência. "Um documento é uma evidência em apoio de um fato." (BRIET *apud* BUCKLAND, 1998, p. 5). Essa noção permitiria que o documento atuasse tanto como signo, quando houvesse conexão física com o objeto representado (documento primário), ou símbolo, quando tal conexão física não existisse (documento secundário) (LUND *apud* SIQUEIRA, 2009).

Suzanne Briet trouxe o elemento da natureza para o âmbito do documento. Buckland traz seis elementos que Briet questiona, quanto ao que seria ou não documento.

Quadro 1 – Questionamentos de Briet quanto ao que seria ou não documento

| Objeto | Documento | |
|---------------------|-----------|-----|
| | Sim | Não |
| Estrela no céu | | X |
| Foto de estrela | X | |
| Pedra no rio | | X |
| Pedra no museu | X | |
| Animal selvagem | | X |
| Animal no zoológico | X | |

Fonte: Elaborada a partir dos exemplos de Buckland no artigo *What is a document?*, 1998, p.5

Então, no quadro acima, a estrela no céu não caracteriza documento, já a foto da estrela sim. Esse seria o documento primário. A partir dessa captação da natureza, da apreensão da realidade, tudo que dali for extraído, transformado, passar uma informação, criar um conhecimento, é caracterizado como documento secundário. Mas o famoso exemplo de Briet, que trouxe outro caráter inovador ao documento, foi o do antílope africano.

[...] ela exemplifica ao tratar de um antílope africano de uma espécie nova que foi encontrado e levado à Europa, tendo sido o fato divulgado nos meios de comunicação. O fato também se torna objeto de uma comunicação na Academia de Ciências e tema de atividades de ensino de um professor de Museu. Adicionalmente, o animal vivo é enjaulado e catalogado (*no Jardim Zoológico*), quando morto é dissecado e conservado no Museu, emprestado para uma exposição, passando, assim, a ser registrado em documentos impressos (*e sob outros suportes*) como livros e enciclopédias, os quais compõem bibliotecas e seus catálogos, entre outros. Para Briet, o antílope catalogado é um documento inicial; os outros são documentos secundários ou derivados (BRIET *apud* ORTEGA; LARA, 2009, p. 311)

Então, a partir do que dizem Lund, Buckland e Ortega sobre Briet, chega-se a três níveis do documento, no pensamento da documentalista. O documento inicial, que seria o antílope na natureza. O documento primário é o antílope estudado, mas não na natureza, já capturado e localizado no zoológico. No documento secundário está incluso todo o material que é criado a partir do documento primário.

Verifica-se, assim, que para a autora os documentos iniciais não são apenas os documentos textuais convencionais. O que foi dito mostra que as propostas de Otlet e de Briet já enunciavam as questões de promoção e acesso à informação, ou seja, os termos documento e Documentação já tinham em germe a noção de informação tal como é compreendida contemporaneamente (ORTEGA; LARA, 2009, p. 311).

Partindo da ideia de Briet, de que documento é uma evidência, então pode-se dizer que qualquer objeto que, possivelmente traga uma informação em si sobre algo, pode vir a ser um documento. Para ilustrar sua aceção, usa o exemplo do antílope africano, que não nasce com o status de documento, mas a partir de um contexto sociocultural e de um ato interpretativo “ganha” tal valor (SIQUEIRA, 2011, p. 56). O que mostra que isto depende também da necessidade de informação e da intenção daquele que busca essa evidência.

Então, para Briet documento se define como “qualquer indicação simbólica ou concreta, preservada ou gravada, para reconstrução ou como prova de um fenômeno, seja ele físico ou mental” (BRIET *apud* BUCKLAND, 1991, p. 357).

Mas, segundo Buckland (1991, p. 6), não é muito claro o que seriam as “regras de Briet” para que um objeto se tornasse documento. No entanto, a partir do pensamento dela, Buckland aponta:

1. Há materialidade: objetos físicos e apenas sinais físicos;
2. Há intencionalidade: Pretende-se que o objeto seja tratado como evidência;
3. Os objetos têm que ser processados: Eles têm que ser convertidos em documentos e, pensamos,
4. Há uma posição fenomenológica: O objeto é percebido como um documento.

Nota-se que a intencionalidade seria uma característica importante para a compreensão do que pode ser documento.

Outro discípulo francês, Jean Meyriat trata também da ideia da intencionalidade, de um objeto ser documento depois de “despertado”. Ele fala do documento por intenção e do documento por atribuição. Couzinet (2009) explica

O documento por intenção é aquele que serve para fixar acordos, extrair dados, o documento por atribuição é um suporte que contém informações, mas que foi fabricado com outra intenção. Na maioria das vezes, trata-se de objetos materiais diversos, que guardam o registro de uma civilização, de uma arte de fazer ou de um uso preciso. Contudo, e aí está talvez o elemento essencial, não existe documento em si, ou então, para retomar a expressão utilizada por Jean Meyriat “ele está adormecido” (COUZINET, 2009, p. 14).

Dessa forma, pode-se atribuir o caráter de documento a todo objeto o qual possa suprir uma necessidade de informação, de prova, de evidência. É a intenção, na relação sujeito/objeto que o torna documento. A autora complementa dizendo que

Para ativá-lo e lhe conferir a sua função de portador de um conteúdo informacional, é necessário questioná-lo. Assim, a questão ou o interesse conferido ao documento, de alguma forma, o desperta e o revela. A noção de informação muda, então. Deixa de se limitar a um conteúdo e se vincula a um processo, impulsionado pela vontade de se informar. Não existe documento a não ser ligado a essa vontade. (COUZINET, 2009, p. 14).

Segundo Couzinet, baseado no pensamento de Meyriat, documento então está ligado à intencionalidade. É a intenção, o uso que o sujeito faz daquele objeto que o torna documento, relativizando o que é documento. Ortega e Lara apresentam um exemplo de Meyriat na questão do documento que é fabricado para ser documento, mas não é necessariamente usado como um.

Por este motivo é que Meyriat considera que a vontade do emissor não é suficiente. Um jornal cotidiano é feito para servir de suporte e para transmitir informações, mas se o comprador o usar para embrulhar legumes, por exemplo, o jornal não é mais um suporte de informação. Mas este objeto pode transformar-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias. A vontade de obter uma informação é por isso um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento, apesar de a vontade de seu criador ter sido outra. É no momento em que se busca informação em um objeto, cuja função original é prática ou estética, que 'se faz um documento' (ORTEGA; LARA, 2009, p. 313).

O exemplo do pensamento de Meyriat ilustra bem a questão da intencionalidade. Não basta o objeto ser produzido para ser um documento, pois apesar de ter nascido já com essa finalidade, se não for usado como tal, não é um documento de fato, ao menos não um documento ativo. Em outro exemplo do que seria um objeto que não foi criado com a finalidade de ser um documento, mas pode vir a se tornar um,

Meyriat dá então o exemplo de sua bicicleta, comentando que ela poderá um dia ser objeto de interrogação quanto às informações sobre o lazer da burguesia da metade do século XX, ou sobre as técnicas empregadas pela construção mecânica. Deste modo, nem todo objeto tem por função normal ser suporte de informação, mas esta pode ser uma de suas funções, embora sua função principal seja outra. O documento tem uma dupla origem: ele pode ou não ter sido criado como tal. (ORTEGA; LARA, 2009, p. 313).

Nota-se que o conceito de documento se torna cada vez mais amplo. Esse exemplo da bicicleta de Meyriat retrata a realidade, afinal esse tipo de material é o que arqueólogos buscam ao redor do mundo para poder obter informações sobre antigas civilizações, períodos históricos, evolução da humanidade entre tantos outros objetivos. No compartilhamento dos saberes, como

na construção dos conhecimentos, o documento pode ser portador de várias categorias de sentidos e de funções (COUZINET, 2009, p. 14).

Observa-se, então, que o documento não é só um processo, ele tem essa dupla origem discutida por Ortega e Lara. É preciso que haja um objeto, que pode ou não ser um documento criado com essa finalidade, e as necessidades de informação, pessoas que busquem e possam ter suas necessidades supridas através das informações retiradas deste objeto, que aí, independentemente de sua origem, passa a ser documento. Meyriat nesse ponto retoma o viés de Briet ao entender que qualquer coisa pode tornar-se documento, ou seja, conter informação (SIQUEIRA, 2011, p. 58).

Contudo, como mostram Ortega e Lara (2010), Meyriat não está preocupado em incluir um tipo de material de origem específica, como os da natureza como fez Briet. As autoras discutem que

A despeito de todos os exemplos, Meyriat não trata de elementos da natureza, ou seja, não manufaturados, como o antílope de Briet e ambientes e objetos naturais tratados por ela e por Otlet. Em síntese, deduz-se que para Meyriat os escritos não são os únicos tipos de documentos e nem todo escrito é documento, pois um objeto pode ser produzido para ser documento ou não, mas seu uso como documento é que irá determiná-lo como tal, o que pode modificar-se com o tempo dependendo dos diversos usos do mesmo documento. (ORTEGA; LARA, 2009, p. 314).

Então, pode-se inferir que o fator temporal também influencia no que é, foi ou se tornará documento.

Robert Escarpit, outro autor da corrente francesa, trabalha com essa ideia de temporalidade, ele define documento como

[...] um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia – que se refere à independência interna da mensagem, concebida não como uma sequência linear de eventos, mas justaposição multidimensional de traços –, e a estabilidade – independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido. (ORTEGA; LARA, 2009, p. 312).

Ortega e Lara pontuam três funções que Escarpit pontua como decorrência da sincronia e estabilidade:

Quadro 2 – Funções do documento, derivadas da sincronia e estabilidade

| Função | Características |
|--------|-----------------|
|--------|-----------------|

| | |
|---------------------|--|
| Função icônica | Estabelecimento de uma sincronia interna da mensagem visual (e eventualmente tátil) para sua inscrição em um objeto estável, constituído no espaço e no tempo; |
| Função discursiva | Criação de uma imagem espacial estável de um discurso inscrito no tempo, sendo que a linearidade temporal do discurso é dada pela linearidade espacial da escrita; |
| Função documentária | Estabilização do conjunto da mensagem mista (traço/ícone e palavra/discurso) sobre um suporte que o torna independente do tempo e sincronicamente disponível. |

Fonte: elaborado a partir dos tópicos de Ortega e Lara, no artigo *A noção de documento*, 2010.

Escarpit (*apud* SIQUEIRA, 2011, p. 57) toma o documento como meio de constituição de um saber, não mais restrito à visão cronológica e linear dos eventos, mas num olhar potencialmente exploratório chega a uma produção informacional nova.

Na linha dos pensadores franceses³, discípulos do pensamento Paul Otlet, pode-se pontuar, então:

³ No quadro de Siqueira (2011), a autora fala dos autores francofônicos, mas por ser a Bélgica e a França, como já dito anteriormente, o berço da Documentação, Paul Otlet, apesar de ser belga, e Suzanne Briet que são os teóricos clássicos entram no quadro, com a intenção de simplificar a junção da corrente de pensamento.

Quadro 3 – Definições de documento utilizadas por autores da linha francesa

| Autor | Ano | Definição de documento |
|-----------------|------------|--|
| Paul Otlet | 1934 | Qualquer coisa em que o conhecimento pudesse ser registrado. Meio de transmissão de dados informativos ao conhecimento dos interessados, que alinhados no tempo e no espaço, poderiam ser mostrados os vínculos inteligíveis das coisas. |
| Suzanne Briet | 1951 | Um documento é uma evidência em apoio de um fato. Signo indicial de natureza concreta ou simbólica, que poderia ser preservado ou registrado para fins de representação. |
| Robert Escarpit | 1976 | Documento é um objeto informacional visível, que possui uma dupla independência em relação ao tempo, a sincronia e a estabilidade. Documento como meio de constituição de um saber. |
| Jean Meyriat | 1981 | O documento por intenção é aquele que foi produzido com a intenção de ser informativo. Já o documento por atribuição é aquele que originalmente foi criado para outra finalidade, mas que pode assumir esse valor informativo. |

Fonte: Adaptação do Quadro 1 de Siqueira, em *As noções de documento e informação*, 2011, p.61.

Da linha francesa evidenciam-se novas características atribuídas ao documento, e as principais e mais ressaltadas são:

1. - os objetos em suportes/materiais além dos textuais,
2. - a intencionalidade,
3. - a relação objeto / vontade de informação,
4. - a temporalidade.

Na Espanha, partir da década de 1970, iniciou-se a produção científica efetiva da área de Documentação por López Yepes, mas é unânime na literatura que o autor pioneiro sobre a Documentação no país foi Lasso de la Vega, autor espanhol que mais escreveu sobre este conceito em obras publicadas entre 1947 e 1980 (LOPEZ YEPES *apud* ORTEGA; LARA, 2009, p. 314).

Ortega e Lara afirmam que foi López Yepes, um grande fundamentador da Documentação na Espanha, com sua “obra histórico-conceitual sobre as diversas correntes teóricas documentárias intitulada *Teoría de la Documentación*, de 1978, e atualizada em 1995, sob o título *La Documentación como disciplina: teoría e historia*” (ORTEGA; LARA, 2009, p. 314). As autoras também ressaltam que “é da Espanha a tradução para o espanhol do *Tratado de*

Documentação (Otlet, 1996), por Maria Dolores Ayuso García, sendo a única tradução identificada desta obra” (idem).

Os autores espanhóis têm sua importância reconhecida na continuidade do estudo da Documentação, tanto quanto a França e a Bélgica.

Enquanto a França, junto com a Bélgica, foi o berço da concepção clássica de documento enunciada por Otlet, a Espanha a partir da década de 70, teve um avanço considerável na Documentação, motivada pela valorização dos processos de documentação como elementos essenciais à atividade científica (ORTEGA *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 61).

Os diversos trabalhos escritos por Lasso de la Vega, entre 1947 e 1980, deram “início à noção de documento, cujas operações constituindo massa documental são condição necessária para a atividade científica e para o desenvolvimento da Ciência” (ORTEGA; LARA, 2009, p. 322)

Já López Yepes, na sua obra *Teoria de La Documentación*

[...] traçou um panorama do termo documento a partir de suas origens etimológicas até o século XX. Além de trazer as raízes etimológicas do termo documento, ainda apresentava as principais correntes teóricas documentárias, o que permitiu que sua obra se tornasse clássica para a Documentação espanhola. Foi atualizada em 1995 e renomeada como *La Documentación como disciplina: teoría e historia*. (SIQUEIRA, 2011, p. 61).

Sobre a origem do termo documento, López Yepes, reafirma no seu trabalho *Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información* (1997) o caráter de evidência do documento, citando Martínez Comeche que diz “em suma, o documento originalmente se forma de dois significados: documento é um instrumento para a transmissão de conhecimentos e prova para confirmar fatos” (MARTINEZ COMECHE *apud* LÓPEZ YEPES, 1997, p. 12).

Ainda neste trabalho, López Yepes fala da evolução do conceito de documento que deixaria mais claro que tipo de instrumento seria o documento e em que níveis este seria usado. Ele diz que

Do ponto de vista do desenvolvimento semântico, o documento pode ser considerado um instrumento de cultura, conhecimento e uma ferramenta de definição da realidade, posto no processo de informação documental e fonte de conhecimento científico. (LÓPEZ YEPES, 1997, p. 13).

Pode-se notar que para o autor o documento é um instrumento de interação social, que faz com o que sujeito se relacione com o seu meio, seja adquirindo ou criando conhecimento.

Siqueira (2011) comenta sobre as quatro noções que aparecem nessa definição de documento apresentada por Lopez Yopez:

Quando perpassa pela evolução semântica do conceito de documento, o autor tenta delimitar quatro principais noções do termo no contexto contemporâneo: como instrumento de cultura (meio de acumulação de dados e conhecimentos de uma determinada comunidade); como fixação de uma realidade (caráter do documento como memória exomática que reproduz nossa atividade mental); documento como instrumento de comunicação ou mensagem (portador e transmissor de mensagens registradas e recuperáveis, sujeitas a transformação; documento como fonte de um novo conhecimento científico (documento científico com valor de prova e testemunho) (LOPEZ YEPES *apud* SIQUEIRA, 2011, p. 61).

Observa-se, então, que na visão de López Yepes o documento é um instrumento que pode ser usado para diversos fins, dependendo do tipo de relação que se queira ter entre homem e mensagem. Ele ainda fala da importância do documento para a sociedade da informação, e sugere a técnica da documentação pessoal, “a técnica que torna possível a conversão do cidadão em produtor ou consumidor da ciência e da cultura, a atividade da sociedade do conhecimento” (LOPEZ YEPEZ, 1997, p. 25). Ou seja, a relevância da informação contida em um objeto é dada por aquele que tem interesse na mensagem, o documento é criado a partir da necessidade do cidadão de se inserir na sociedade da informação⁴.

Em outro artigo, *Hombre y documento: del homo sapiens al homo documentator (1998)* López Yepes reafirma essa capacidade do cidadão de ser, não só receptor, mas produtor e emissor de conhecimento na sociedade da informação.

O autor apresenta uma trajetória antropológica que começa no *homo sapiens* (primeiro homem da era da comunicação, também denominado homem da palavra escrita) o *homo videns* (o homem da era da imagem) e *homo digitalis* (homem da época da revolução da informação, influência das tecnologias e internacionalização do mundo). [...] Nesse percurso destaca o papel do *homo digitalis*, em especial uma de suas manifestações, o *homo documental*, cidadão capaz de criar e consumir, responsabilmente ciência e cultura [...] (SIQUEIRA, 2011, p. 62).

Observa-se que o documento é, principalmente para Lopez Yepes, um instrumento de interação social, que pode ser entendido como o meio com que o homem passa sua mensagem para que possa ficar registrada a sua história, sua cultura. “Na verdade, o documento é,

⁴ Aqui, por Sociedade da informação, será usado o entendimento do próprio autor no texto “[...] a chamada sociedade da informação, é o fruto mais importante da mudança social promovida justamente pelas necessidades sociais de informações e favorecido pelas tecnologias acima mencionadas. Sem dúvida, esta é uma sociedade na qual é tão grande a capacidade de transmitir e receber mensagens, bem como o desejo, pelo menos na aparência, para recebê-los. E tudo isso vem nas asas da mudança social, a implacável mudança social, a troca da troca [...]. Em qualquer caso, destacamos alguns fatores da sociedade da informação deve ser lembrado agora: a) a produção em massa de informações b) o notável desenvolvimento das indústrias de informação c) o impacto das tecnologias da informação nos sectores sociais e educacional d) informações que pudermos. d) a internacionalização e a unificação do mundo sem fronteiras. (LOPEZ YEPES, 1997, p. 20).

simultaneamente, repetição de mensagens emitidas anteriormente e novidade, como resultado da criação do autor do documento ou mesmo do profissional” (LOPEZ YEPES, 1998, p. 13).

A partir do trabalho de López Yepes, o mexicano, Rendon Rojas (2005) elabora sua concepção sobre a noção de documento, para ele

[...] a definição apresentada por Briet [...] possui um sentido amplo, a partir da qual pode-se considerar como documento tudo que possua uma expressão material e represente certo fenômeno, não só o escrito, como manuscritos e impressos, folhas soltas de propagandas, como também gráficos, fotografias, desenhos, filmes, discos, estatísticas e qualquer coisa natural ou os monumentos e objetos da vida cotidiana produzidos pelo homem. (RENDON ROJAS *apud* ORTEGA; LARA, 2009, p. 315).

Observa-se, mais uma vez, a característica de evidência que o documento possui. Observa-se, também, a intencionalidade, a potencial informação que se aloja ali no objeto. Rendon Rojas aponta, em esquema semelhante ao de Briet, indica níveis do “ser documento” e suas funções:

- em um primeiro nível, têm-se os objetos tal qual são, sem que tenha havido para sua aparição uma intencionalidade de torná-lo documento;
- em um segundo nível, estes mesmos objetos são transformados em documentos pelo e para o trabalho dos especialistas de determinadas disciplinas, deixando de ser um objeto em si para ser um objeto para outro. Estes especialistas estudam estes objetos-documento e atribuem mensagens a eles, conscientemente objetivando a informação;
- no terceiro nível, os documentos que, após a ação dos especialistas adquiriram outra natureza cuja função é transmitir esta informação adicional, passam às mãos do profissional da informação documentária. Este profissional insere o documento em um sistema de informação documentária, agregando-lhe informação ao representá-lo e prepará-lo para ser recuperado por um usuário. É neste último nível que o documento toma a dimensão bibliotecológica⁵ (segundo termo adotado no texto) (ORTEGA; LARA, 2009, p. 315).

Pode-se dizer que o “ser documento” de Rendon Rojas (*apud* SIQUEIRA, 2011, p. 64), deixa claro a potencialidade da informação, de que todo objeto pode conter informação que possa ser repassada, dando o caráter documental ao objeto. Para concluir o pensamento do autor, ele diz que documento “é toda base de conhecimento expressa em um suporte material, e suscetível de ser utilizada, para consulta, estudo e prova”.

Ortega e Lara (2010) resgatam, também, o pensamento de Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983) que, com uma perspectiva parecida com a de Meyriat segundo as autoras, eles apresentam a ideia de que qualquer objeto pode vir a se tornar, a ser um documento, tudo depende da perspectiva de uso na relação sujeito/objeto.

5

Ortega e Lara falam que Bibliotecología, segundo denominação que o autor adota e é um termo comum nos países de idioma espanhol da América Latina.

O documento é em si um objeto *manufaturado* (quanto ao registro em um suporte) e *'mentefaturado'* (quanto ao conteúdo significativo gerado pela mente) que pode funcionar como documento propriamente ou como um objeto qualquer: um cartão postal não é em si um documento na mente e/ou intenção do autor, mas poderá passar a sê-lo se for utilizado como tal (ORTEGA; LARA, 2009, p. 322).

Esse exemplo do cartão postal lembra o da bicicleta de Meyriat, anteriormente citado, que mostra que um objeto pode não ser um documento por natureza, mas seu uso posterior pode lhe conferir característica de documento.

Martínez Comeche, também da corrente espanhola, apresenta sua perspectiva de documento, para ele “o documento tem como função informar imediatamente (dar um conhecimento útil para alguém) em relação a um objetivo final qualquer de um ser humano (estético, econômico, administrativo, cultural, etc.)” (MARTINEZ COMECHE, 2011, p. 34).

Siqueira comenta a noção de documento apresentada por Martinez Comeche, na qual divide o documento por área e função.

O autor divide a função documental a partir dos espaços de informação mais tradicionais: no arquivo, por exemplo, o documento se referiria a um evento, processo ou ato administrativo ou legal, caracterizado para se expressar em um meio em que foi gerado; na biblioteca, o documento poderia ser uma simples cópia de livro, ou seja, qualquer material em que tivesse registrado o pensamento humano, tornando-se assim a memória materializada da humanidade; e no museu qualquer objeto que relatasse a natureza ou o estado humano poderia ser denominado documento (SIQUEIRA, 2011, p. 64).

Para o autor, documento é um registro em um suporte que trata de um feito, lembrando da característica de prova do documento, já mencionada. E é a duração do suporte que irá garantir que a mensagem seja passada. “A particularidade do suporte documental não se encontra, portanto, na sua existência, mas sim na sua durabilidade; ou seja, sua capacidade de se manter ao longo do tempo” (MARTINEZ COMECHE, 2011, p. 34).

No caso, para Martínez Comeche (2011), a mensagem está estritamente ligada ao seu suporte, ele fala que a comunicação oral direta, por exemplo, não cumpre esse objetivo, de durabilidade da mensagem. Siqueira (2011, p. 64) explica que “o autor enxerga o documento como uma mensagem icônica ou simbólica permanentemente incorporada ao meio e usado por um emissor/mediador/receptor vinculada a uma proposta informativa”.

Na linha de pensamento espanhola, tem-se então:

Quadro 4 - Definições de documento utilizadas por autores da linha espanhola

| Autor | Ano | Definição de documento |
|--------------------------------------|------------|--|
| Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo | 1983 | Ideia de documento estaria fortemente vinculada ao uso, ou seja, seria a partir do uso que se conferiria o caráter documental. |
| López Yepes | 1997/1998 | Destaque do papel do documento como elemento chave para a mediação cultural. Documento como instrumento de cultura; como fixação de uma realidade; instrumento de comunicação ou mensagem e fonte de um novo conhecimento científico. |
| Martínez Comeche | 2000 | Documento como uma mensagem icônica ou simbólica permanentemente incorporada ao meio e usado por um emissor/mediador/receptor vinculada a uma proposta informativa |
| Réndon Rojas | 2005 | Documento em três níveis: documento como um objeto em si; objeto transformado em documento por especialistas; e podendo transmitir informação e ser recuperado pelo usuário. “Ser documento” |

Fonte: Elaborado a partir do Quadro 2, de Siqueira, em *As noções de documento e informação*, 2011, p. 67.

As características mais marcantes da corrente espanhola, então, são:

- a relação de uso entre homem/objeto,
- a intencionalidade,
- documento como instrumento de interação social,
- possibilidade de inovação da mensagem,
- a integração suporte/mensagem,
- a materialidade.

Na corrente dos autores de língua inglesa⁶ que estudam a noção de Documento, Ortega e Lara (2010) citam Michael Buckland e Bernd Frohman, autores que se baseiam nas concepções clássicas de Otlet e Briet.

Buckland⁷, em seu texto, *What is a document?* (1998) questiona sobre a questão do documento e como ela vem sendo formulada pelos diferentes autores

⁶ Ortega e Lara (2010) e Siqueira (2011) se referem à corrente anglo-saxã. Mas para melhor definição dos autores dessa corrente, por serem de diversos países, e tratar de outros autores que as citadas autoras não trabalham, nesta pesquisa essa corrente será nomeada por seu idioma em comum, a língua inglesa.

se o termo "documento" for usado num sentido especializado como um termo técnico para designar os objetos com os quais as técnicas de documentação, poderiam ser aplicadas, quão amplo o âmbito da documentação poderia ser alargado. O que pode (ou não) ser um documento? (BUCKLAND, 1998, p. 217).

O autor então fala que

[...] Otlet, Briet e outros documentalistas afirmam que, a documentação deve estar preocupada com objetos potencialmente informativos; nem todos os objetos potencialmente informativos são documentos no sentido tradicional de textos sobre papel; e, outros objetos informativos como pessoas, produtos, eventos e objetos de museu não devem ser excluídos (ORTEGA; LARA, 2009, p. 317).

Para Buckland, partindo do conceito clássico de Otlet, o que deveria ser pensado como documento é a possibilidade de informação que tal objeto ou ser vivo, possua vir a ter. Ele trata também, ligada ao documento, a noção de informação.

7

Michael Buckland Keeble é professor emérito da Universidade de Berkeley – School of Information – e co-diretor da Iniciativa Cultural Atlas Eletrônico. Nasceu e cresceu na Inglaterra tendo iniciado seus trabalhos na área da Informação como estagiário na Biblioteca Bodleian da Universidade de Oxford, Inglaterra [...] Em 1972 mudou para os Estados Unidos para trabalhar nas bibliotecas da Purdue University, onde foi Assistente de Direção de Bibliotecas de Serviços Técnicos, antes de se tornar reitor da Faculdade de Biblioteconomia e Informação, em Berkeley, de 1976-1984. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/42344/46015>

QUADRO 5 – Definições de informação segundo Buckland

| | |
|------------------------------|---|
| Informação-como-processo | Quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido “informação” é “o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa” (<i>Oxford English Dictionary</i> , 1989, v.7, p. 944). |
| Informação-como-conhecimento | Informação ”é também usada para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo”: o “conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias” (<i>Oxford English Dictionary</i> , 1989, v.7, p.944). A noção de que informação é aquela que reduz a incerteza poderia ser entendida como um caso especial de “informação-como-conhecimento”. Às vezes informação aumenta a incerteza. |
| Informação-como-coisa | O termo “informação” é também atribuído a objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação“, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo. (<i>Oxford English Dictionary</i> , 1989, v.7, 1946). |

Fonte: Baseado no texto de Michael Bukland, *Information as thing*, 1991, tradução livre de Luciane Artêncio, 2004, p. 1.

Nesses três níveis da informação que propõe o autor, nota-se sua preocupação de que a informação seja vista por diferentes ângulos, tanto que depois apresenta a diferença a ambiguidade do termo informação, sendo tangível a informação-como-coisa e intangível é a informação-como-conhecimento e informação-como-processo (BUCKLAND *apud* ARTENCIO, 2004, p. 3).

A informação, ou pode-se falar no potencial de informação, é para Buckland essencial ao conceito de documento, que Otlet e outros documentalistas expandiram. Ainda no contexto do antílope de Briet, Buckland fala que “nesse contexto objetos não são ordinariamente documentos, mas se transformam em, se processados com finalidades de fornecer informação” (BUCKLAND *apud* ARTENCIO, 2004, p. 7). Nesse momento, ele ainda trata de objetos, coisas informativas, não fala do termo documento para se referir a tudo aquilo que carrega em si informação, por achar o termo limitador.

O autor propõe o termo “discurso” como um termo melhor para indicar textos ou artefatos no sentido geral, além de ter inculcado em seu bojo a ideia de “intenção de representar coisas” (ORTEGA 2009; LUND, 2009 *apud* SIQUEIRA 2011, p. 68). Por ter um sentido mais amplo, “discurso” poderia incluir além de elementos textuais outros objetos, que ele classifica “[...] como artefatos para constituir discurso (tais como livros), artefatos que não constituem discurso (assim como navios), e objetos que não seriam objetos como tais (assim como antílopes)” (BUCKLAND *apud* ARTENCIO, 2004, p. 8).

De forma similar a outros autores, como Meyriat e Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo, Buckland apresenta exemplos de objetos que não foram criados com o objetivo de ser documento e dos que foram criados para ser, mas não exercem tal função. Ele diz que

[...] um livro pode ser utilizado como um peso para conter uma porta. Iluminuras podem funcionar como objetos de decoração, mas têm sido consideradas como uma das maiores fontes de informação relativas a vestuário e utensílios medievais. (BUCKLAND *apud* ARTENCIO, 2004, p. 8).

Por fim, Buckland fala da possibilidade de haver informação em um objeto, deste objeto ser “informativo”. Ele conclui,

[...] pessoas são informadas não somente através de comunicados intencionais, mas devido a uma extensa variedade de objetos e eventos. Ser “informativo” é circunstancial e seria imprudente afirmar que alguma coisa não pode ser informativa, e conseqüentemente informação, em uma situação concebível (BUCKLAND *apud* ARTENCIO, 2004, p. 15).

Frohman⁸ parte para o estudo sobre a questão do documento pelo viés filosófico do conceito, baseando-se na filosofia de Wittgenstein, “para quem o estudo de práticas com documentos (ou inscrições), em toda sua variedade, leva a um conjunto de conceitos fundamentais para pensar filosoficamente sobre informação, mais que estudos centrados em uma abordagem teórica e filosófica da natureza da informação” (ORTEGA; LARA, 2009, p. 318).

Frohmann (*apud* SIQUEIRA, 2011, p. 69) fala do conceito de materialidade

[...] elemento que segundo ele traz uma compreensão maior do caráter social e público da informação, já que por meio da documentação seria possível identificar o campo institucional, tecnológico, político e cultural, a fim de configurar a diversidade de aspectos da informação na atualidade.

⁸ Bernd Frohmann é professor associado da Faculty of Information and Media Studies, da University of Western Ontario. Disponível em: <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/>.

O documento, como materialidade da informação, evidencia a importante relação entre estudos de documentação e estudos de informação (ORTEGA; LARA, 2009, p. 318). Segundo Siqueira (2011, p. 69),

[...] Frohmann enxerga a documentação funcionando como uma ponte entre o discurso e os estudos da materialidade da informação, fazendo com que as práticas documentais institucionais forneçam à informação elementos que permitam sua configuração num contexto social.

O autor fala também, do conceito de informatividade do documento, que “estaria associada às práticas documentárias, ou seja, a ideia de informatividade referia-se aos fatores que deveriam ser levados em conta para considerar o caráter informativo do documento” (SIQUEIRA, 2011, p. 69).

Sobre o que é a informatividade, Ortega e Lara (2010, p. 319) complementam

[...] trata-se das propriedades das práticas documentárias, as quais ocorrem em quatro grandes categorias relativas ao documento: sua materialidade; seus lugares institucionais; modos pelos quais eles são socialmente disciplinados; e sua contingência histórica. Para Frohmann, informatividade refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos. Como documentos só o são de fato se forem informativos, diríamos que informatividade refere-se a como objetos tornam-se informativos, constituindo-se como documentos.

Observa-se que, para o autor, vários fatores tornam um objeto informativo, mas apesar de não ser novo, ele realça a importância da localização do objeto para que o mesmo seja considerado informativo e então, um documento. Ele ressalta, em seu artigo *Revisiting “What is a document?”*,

A importância do local para contar algo como um documento, ou para que tenha propriedades documentárias, não é tão estranha quando pensamos em objetos de museu. A ideia de que as coisas são documentos quando localizados em certos lugares onde eles estão prontamente disponíveis para fornecer suporte de prova para proposições particulares lança uma grande rede [...] (FROHMANN, 2009, p. 297).

A colocação do autor remete ao antílope de Briet, que leva a mesma situação, a localização do objeto contextualiza sua informação. Na visão apresentada, documentos são entidades sociais vivas, inseridos em redes sociais (FROHMANN *apud* MARCONDES, 2010, p. 14).

Frohmann discute, no fim de seu artigo, sobre a importância de estender o conceito de documento

Os benefícios de estender os conceitos de documento e documentação são encontrados aqui, com um objetivo intimamente associado, ao de multiplicar estes conceitos e procurar maneiras de estender também uma hospitalidade incentivadora para outras áreas onde o conceito se aplica. (FROHMANN, 2009, p. 301).

Outro autor que também trata da materialidade é Niels Lund⁹. Ele fala do conceito usando autores escandinavos. O primeiro autor “Shillingsburg (1991 *apud* LUND, 2009) ressalta a materialidade do documento definindo-o como objeto físico e material que pode estar “seguro entre as mãos”, desconsiderando assim o impacto da tecnologia digital para sua definição” (SIQUEIRA, 2011, p. 70).

O outro autor citado por Lund, “Hayle (2003 *apud* LUND, 2009), em contrapartida, considerando tal caráter, afirma que a noção de documento deveria passar por diferentes nuances de sentido, que permitiriam que o documento tivesse uma interpretação distinta para cada leitor” (SIQUEIRA, 2011, p. 70).

Ortega e Lara (2010) apontam que “teoria social do documento foi tratada por Lund a partir de duas abordagens: uma mais ampla que enfoca o papel social do documento, e outra que se volta principalmente à linguística, tratando de mensagens escritas e faladas”.

No que diz respeito ao papel social do documento, no texto de Olsen, Lund, Ellingsen e Hartvigsen (2012) é questionado

[...] Qual é a função do documento na sociedade, ou em um certo grupo da sociedade? Muitas vezes, um documento desempenha alguma função nas relações entre as pessoas, que pode ser difícil de entender à primeira vista. Documentos podem desempenhar um papel, por exemplo, nas hierarquias de poder. A capacidade de emissão de um documento ou a necessidade de obter um documento cria tais relações. Alguns documentos às vezes são (muitas vezes, na verdade) percebidos como prova de algum fato, e agem como contratos entre as pessoas. A diferença entre documentar algo e não documentar é, por exemplo, especialmente relevante dentro da medicina (OLSEN *et al.*, 2012, p. 112).

Depois de definida a função social do documento e como ele é agente de relações sociais, os autores dão como exemplo um registro visual, já mostrando que documento vai além do elemento textual, que funciona como evidência de algo em um contexto social.

Considere a função de um vídeo de uma cirurgia que vai mal. Poderia agir como prova de que a equipe cirúrgica cometeu um erro - custando ao hospital ou ao sistema de saúde milhões de dólares, ou poderia ser uma prova do contrário. Sem o documento, há menos provas. Qualquer documento com uma função em um determinado contexto atuará como um fenômeno social, e por sua vez afetará as relações sociais dentro de seu contexto. O

⁹

Niels Windfeld Lund é professor emérito do Departamento de Estudos de Documentação da Universidade de Tromsø, Noruega.
Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Niels_Lund

relatório de um/a enfermeiro/a é outro exemplo: o/a enfermeiro/a talvez ficasse relutante em documentar fatos sobre os erros cometidos, a fim de não comprometer o seu próprio emprego ou os dos outros, mas a negligência em documentar, pode se revelar uma prova fundamental para a saúde do paciente (OLSEN et al., 2012, p. 112).

Ainda sobre a perspectiva social, Siqueira (2011) cita uma autora finlandesa, Suominen, destacada por Lund (2009 apud SIQUEIRA, 2011, p.70) e enfatiza o conceito tratado pela autora

[...] em sua dissertação *Filling Empty Space* (1997), toma o documento como uma mensagem que possui “alguma permanência”, fato que lhe confere uma diversidade de uso, e que é resultado de uma história e de um contexto comunicacional, fatores que inserem o documento numa esfera cultural. Além disso, a autora retoma a ideia de recuperação da informação e as estruturas semióticas para utilizá-las na busca documentária.

Então, na corrente dos autores de língua inglesa temos:

Quadro 6: Definições de documento usadas por autores de língua inglesa

| | | |
|--|----------------|--|
| Buckland | 1991/1998 | Informação-como-processo, informação-como-conhecimento, informação como coisa; Termo genérico o suficiente para incluir todas as coisas informativas de que podemos tratar, para isso sugeriu a palavra “discurso”. |
| Frohmann | 2004/2006/2009 | O documento, como materialidade da informação; A ideia de informatividade refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para que um documento torne-se informativo. |
| Lund [Shillingsburg(1991) Haley (2003)] [Suominen(1997)] [Olsen et al. (2012)] | 2009/2012 | Documento visto sob dois aspectos: a perspectiva da materialidade e o seu papel social numa determinada comunidade. |

Fonte: elaborado com base no Quadro 3, de Siqueira, em *As noções de documento e informação*, 2011, p. 71.

Pode-se destacar as seguintes características, dos conceitos desses autores:

- A informatividade/potencial de informação
- A materialidade
- Papel (de relação) social.

Ortega e Lara (2011) traçam um panorama histórico dessas correntes e autores e encontram como pontos recorrentes:

Documento é definido como objeto físico (concreto, duradouro, estável, manipulável) e como informação simbólica, conceitual, conteúdo da comunicação, mensagem).

Nas primeiras conceituações, informação tendia a compor elemento intrínseco ao objeto, sendo depois introduzidos aos traços de mensagem e de significação que permitem caracterizar efetivamente informação, ou seja, como algo atribuído (Otlet, de fato, oscila entre a primeira e a segunda abordagem).

Documento constitui-se, enquanto tal, a partir do uso informacional que se faz dele; é o objeto a partir do qual se pode obter informação, não por ele mesmo, mas por ações interpretativas sobre o mesmo, e;

Trata-se de ações profissionais documentárias sobre objetos visando sua transformação em documentos (secundários); as especificidades destas ações relacionam-se a intervenções no fluxo de produção e uso de documento (ORTEGA; LARA, 2011, p. 26).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com os objetivos da pesquisa, são adotados os seguintes procedimentos metodológicos, que serão detalhados mais a frente. São eles:

- Redução eidética,
- Análise de Conteúdo,
- Teoria do conceito.

Trata-se de uma pesquisa teórica com base em aportes interdisciplinares de Fenomenologia e Documentação, tendo como objeto o conceito de documento, elaborado a partir das características de um ente para que possa ser considerado um documento, dada a importância

[...] deste objeto concreto que é o documento, convida-nos a tê-lo prioritariamente para as nossas análises. Ele é de fato, o modo no qual a informação, o conteúdo, ganham forma no plano comunicacional e é, ao mesmo tempo, o suporte que possibilita a sua circulação [...] (COUZINET, 2009, p. 13)

Esse conceito pretendido encontrará características imutáveis que, independente do suporte ou conteúdo, sejam reconhecidas ainda assim, como aquilo que faz do documento, um documento. Pode-se chamar de “*documentalidade*”¹⁰ do documento. E para isso será usado a redução eidética.

Essa redução permite que seja alcançada a essência do fenômeno, aquilo que se mostra em todas as suas formas de aparições. Para isso é preciso percorrer o caminho de volta, re-conduzir o fenômeno, no caso o documento, ao *eidós*, a essência. “Essência”, designou, antes de mais nada, aquilo que se encontra no ser próprio de um indivíduo como o que ele é (HUSSERL, 2002, p. 35).

Fernandes (2011, p. 44) explica que, “a redução eidética é a decisão de manter a limpidez e precisão de captação do sentido de ser e, por conseguinte, da constituição ontológica

¹⁰ Documentalidade é um termo utilizado nessa pesquisa, visando facilitar a compreensão da busca do *eidós* documental. Segundo Fernandes, o sufixo “-dade” quer dizer a essência de algo enquanto “forma”. Nesta concepção de essência, abra-se mão da “matéria”. Tomás de Aquino, no “De ente et essentia” (Do ente e da essência) explicita esta compreensão de essência enquanto forma aplicando-a ao exemplo do homem e da humanidade: “humanidade significa aquilo donde procede que o homem seja homem” (Tomás de Aquino. O ente e a essência. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 23). O *eidós* ou forma, é, pois, a proveniência do ser de alguma coisa enquanto tal. Dito de outro modo, a humanidade é aquilo “a partir do que o homem tem o ser homem” (Idem). Aplicando este uso terminológico ao conceito de documento temos: documentalidade significa aquilo donde procede que o documento seja documento, ou, dito de outro modo, a partir do que o documento tem o ser documento. A documentalidade seria, assim, o fundamento, a razão, o sentido de ser, do documento. Aquilo a partir do que o documento se torna documento, o princípio de sua essencialização/realização.

de um ente”. Ou seja, no método eidético aplicado ao eu, ou seja, na recondução ao sentido de ser da egoidade, se busca aquilo que é condição necessária, constante e invariável para que haja um eu (ego). No caso, buscar-se-á aquilo que é necessário para que haja um documento.

A fenomenologia eidética estuda o a priori universal, sem o qual nem eu nem nenhum outro eu transcendental, em geral, seria “imaginável”, e posto que toda a universalidade essencial tem valor de uma lei inviolável, a fenomenologia estuda as leis essenciais e universais que determina de antemão o sentido possível (com seu oposto: o contra-sentido) de toda asserção empírica relativa ao transcendental. (HUSSERL, 2001, p. 88)

Ou seja, há determinadas características que estarão presentes em todo e qualquer eu (ego), no caso, é a busca do sentido de ser do ego, da egoidade como tal, em seu caráter a priori.

E isso será buscado nos documentos, através dos diferentes conceitos apresentados. Contudo, aqui, no caso do documento, o estudo é do a priori universal, ou seja, o fundamento de todo e qualquer documento enquanto documento.

Apesar da sua singularidade de identidade, cada documento é um documento, mas há o *eidós* que faz com um documento seja um documento. Dito de maneira bem geral, o ser individual é, qualquer que seja sua espécie, “contingente”. Ele é assim, mas poderia, por sua essência, ser diferente (HUSSERL, 2006, p. 34). A essência, por ser a base, pode se apresentar sob diversos aspectos, apesar da identidade única de cada ego, aqui se toma o documento, há igualdade entre todos, pois essa característica intrínseca e essencial faz de todos, por exemplo, documentos serem reconhecidos como documento. A variação de possibilidade, que distante da fenomenologia, já havia sido, de certa forma, colocada e questionada por Otlet

[...] O espírito cria, incessantemente, formas intelectuais; incessantemente, estas se reproduzem da mesma maneira que as espécies naturais, plantas e animais, se perpetuam através da vida e da morte dos indivíduos. A realidade documental, por conseguinte, se apresenta como fundo e forma. O fundo são os materiais acumulados; a forma são as estruturas sob as quais se apresentam. A desobstrução do que possa ajudar esta produção contínua não é uma das menores tarefas da documentação racional. Quanto melhores forem os materiais, quanto mais sólidos e de maior mobilidade, tanto mais fácil será enquadrá-los nas diferentes estruturas. Reciprocamente, quanto mais facilmente forem transformáveis e desmontáveis essas estruturas, tanto maior será a facilidade que se encontrará na utilização dos materiais num maior número de estruturas diferentes [...] (OTLET, 1937, p. 2).

E é através dessa variação de possibilidades, das diversas situações possíveis onde um documento possa se mostrar e sua *documentalidade* seja reconhecida, se encontrará o *eidós* documental.

4.1 O MÉTODO EIDÉTICO

O método eidético ou redução eidética consiste no retorno, no re-conduzir o objeto ao seu *eidós*, sua essência. Aqui a fenomenologia parte do fato, a experiência, para a essência.

[...] a redução *eidética* nos educa a não determos o olhar no casual, no ocasional, no fatural, na variante, mas a mirarmos o que se mostra na sua invariante, ou seja, na necessária perfilação formal (*eidós*) do fenômeno, a sua estrutura *a priori*, fazendo ressaltar o que nele é essencial. (HUSSERL *apud* FERNANDES, 2011, p. 56).

Essa redução leva até a essência do fenômeno, aquilo se mostra em todas as suas formas de aparições. Para isso é preciso percorrer o caminho de volta, re-conduzir o fenômeno, no caso o documento, ao *eidós*, a essência. “Essência”, designou, antes de mais nada, aquilo que se encontra no ser próprio de um indivíduo como o que ele é (HUSSERL, 2002, p. 35).

Fernandes, explica que

A redução eidética é a decisão de manter a limpidez e precisão de captação do sentido de ser e, por conseguinte, da constituição ontológica de um ente. Chamamos de *ideação* o acontecer deste vislumbre do sentido de ser de um ente, o qual abre todo um horizonte de descobertas e esboça toda uma paisagem ontológica, ou seja, todo um mundo de significações articuladas a partir daquele sentido de ser. Por exemplo: o sentido de ser da “coisa de uso” é bem outro do da “obra de arte”, que é outro em relação ao “objeto de pesquisa científica”. Cada um destes sentidos de ser revela uma constituição ontológica toda própria e abre todo um mundo de experiência diferenciado, quais sejam, o mundo do cotidiano, o mundo da arte e o mundo da ciência. (FERNANDES, 2011, p. 56).

Entende-se que para alcançar o *eidós* é preciso pensar sua posição e condição em todos os horizontes possíveis, nas vivências que existiriam e, o principal, quais características seriam invariáveis, estariam presentes fazendo ser reconhecível, o *eidós*, aqui documental, do documento.

Portanto, se representamos a fenomenologia sob a forma de ciência intuitiva apriorística, puramente eidética, suas análises apenas desvelam a estrutura do “*eidós*” universal do ego transcendental, que abrange todas as variantes possíveis do meu ego empírico e, portanto, esse próprio ego, como possibilidade pura. A fenomenologia eidética estuda o *a priori* universal, sem o qual nem eu nem nenhum outro eu transcendental, em geral, seria “imaginável”, e posto que toda a universalidade essencial tem valor de uma lei inviolável, a fenomenologia estuda as leis essenciais e universais que determina de antemão o sentido possível (com seu oposto: o contra-sentido) de toda asserção empírica relativa ao transcendental. (HUSSERL, 2001, p. 88).

Ou seja, há determinadas características que estarão presentes em todo e qualquer objeto. Para melhor compreender, tem o exemplo dado por Husserl, de “som em geral”

Assim, por exemplo, todo som tem, em si e por si, uma essência e, acima de tudo, a essência geral “som em geral”, ou antes, “acústico em geral” - entendido puramente como o momento a ser extraído por intuição do som individual (isoladamente ou por comparação com outros como “o que há de comum”). Da mesma maneira, toda coisa material tem sua conformação eidética própria e, acima de tudo, a conformação geral “coisa material em geral”, com determinação do tempo em geral, duração, figura, materialidade em geral. Um outro indivíduo também pode ter tudo o que faz parte da essência de um indivíduo, e generalidades eidéticas máximas, do tipo que acabamos de indicar nos exemplos circunscrevem “regiões” ou “categorias” de indivíduos. (HUSSERL, 2006, p. 35).

O “em geral” tratado por Husserl, não é no sentido de generalização. “Generalização é algo totalmente distinto de formalização” (HUSSERL, 2006, p. 51) o “em geral”, então, aparece no sentido de formalização, ou seja, é a intuição da forma. Traços característicos, essências, a partir das quais o documento tem o seu *ser documento*. “Toda essência [...], insere-se numa escala eidética de generalidade e de especialidade” (HUSSERL, 2006, p. 50). O *eidós*, então, neste caso significa espécie. Na noção de “documento geral” abstrai-se das diferenças e preocupa-se somente com a forma comum a todas as concreções individuais, ou seja, o que se apresenta em um “documento individual”, sendo parte da noção de “documento geral”.

Os atos cognitivos fundantes da experiência põem o real individualmente, eles o põem como espaço-temporalmente existente, como algo que está neste momento do tempo, tem esta sua duração e um conteúdo de realidade que, por sua essência, poderia igualmente estar em qualquer outro momento do tempo; põem-no, por outro lado, como algo que está neste lugar, com esta forma física (por exemplo, está dado juntamente com um corpo desta forma), embora este mesmo real, considerado segundo sua essência, pudesse igualmente estar noutra forma qualquer, em qualquer outro lugar, assim como poderia modificar-se, quando é faticamente imutável, ou poderia modificar-se de modo diferente daquele pelo qual faticamente se modifica. Dito de maneira bem geral, o ser individual é, qualquer que seja sua espécie, “contingente”. Ele é assim, mas poderia, por sua essência, ser diferente. (HUSSERL, 2006, p. 34).

Então o “documento individual” tem uma existência real, espaço-temporal, e, ainda mais contingente (poderia ser ou não ser). Já o “documento em geral”, é uma possibilidade a priori, e, de resto, necessária, ou seja, a documentalidade do documento seria aquilo que é imprescindível como condição de possibilidade de todo e qualquer documento. Aquilo que é a estrutura necessária de todo e qualquer documento, algo que não pode ser ou não ser, mas que “tem de ser”, necessariamente.

A essência, por ser a base, pode se apresentar sob diversos aspectos, apesar da identidade única de cada objeto, no caso, o documento, há igualdade entre todos, pois essa característica intrínseca e essencial faz com que todos os documentos sejam reconhecidos como documento.

No seu mostrar-a-si-mesmo, há possibilidades variadas para que esse fenômeno apareça e seja reconhecido, se diferenciando sua forma de seu formato¹¹. Seu formato, apesar de ter aparência espaço-temporal, se dá por conta do eidos, que faz com que a igualdade apareça na identidade de cada objeto, e não é no formato que se apresenta, nem no tempo, no espaço, mas em qualquer situação possível, na sua forma, o que leva Husserl a falar da ideação, ou imaginação. “Na fenomenologia, assim como em todas as ciências eidéticas, existem razões em virtude das quais as presentificações e, para ser mais exato, as livres imaginações conseguem uma posição privilegiada em relação às percepções [...]” (HUSSERL, 2006, p. 153). Ou seja, a percepção dá acesso ao real, a imaginação pode dar acesso ao possível.

Ele exemplifica como a imaginação pode dar mais liberdade para pensar nas formas possíveis de um objeto

Em seu pensamento investigativo, ao trabalhar com a figura ou com o modelo, o geômetra opera incomparavelmente mais, na imaginação do que na percepção, o que vale também, para o geômetra “puro”, isto é, para aquele que renuncia ao método algébrico. Na imaginação, naturalmente, ele tem que se esforçar para obter instruções claras, esforço de que o desenho e o modelo o poupam. Mas no desenho e no modelo efetivos ele fica atado, ao passo que na imaginação ele tem a liberdade inigualável de reconfigurar como quiser as figuras fictícias, de percorrer as formas possíveis em contínuas modificações e, portanto, de gerar um sem-número de novas construções; uma liberdade que lhe franqueia acesso às imensidões das possibilidades eidéticas, com seus horizontes infinitos de conhecimentos de essência. (HUSSERL, 2006, p. 153).

Observa-se a importância da imaginação no método eidético. Ela abre, franqueia, a visão de possibilidades várias de concreção de um fenômeno. No entanto, não se pode ficar só com a imaginação, é preciso ir além e, com a razão intuir as "condições de possibilidade" de todas essas possibilidades variáveis, imagináveis.

A imaginação pode ajudar na reconfiguração dos objetos a partir das suas possibilidades eidéticas. Então, quando se apreende o *eidos* do objeto, a imaginação dá a liberdade de se pensar todas as variações possíveis do mesmo, seja no mundo real, seja no mundo ideal. O limite da imaginação é o contraditório; só não se pode pensar como possível, aquilo que contradiz a definição, como por exemplo, um círculo quadrado. “A “ficção” constitui o elemento vital da fenomenologia, bem como de todas as ciências eidéticas, que a ficção é a fonte da qual o conhecimento das “verdades eternas” tira seu alimento.” (HUSSERL, 2006, p. 154).

¹¹ Fernandes atenta para a distinção entre as noções de "forma" e "formato", "Forma não é formato! Há o formato individual, exterior, do documento. E há a forma – a estrutura formadora – do documento, a documentalidade. A forma não é “forma formada”, mas sim “forma formadora”: arquétipo."

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análises das comunicações*. Essa é a definição dada por Bardin¹² (2009, p. 33, grifo do autor). A autora ainda complementa argumentando que “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento. Mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” (idem), ou seja, tudo pode ser submetido à análise de conteúdo.

Tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo (HENRY, MOSCOVICI *apud* BARDIN, 2009).

4.2.1 Histórico

Fazendo um breve histórico, a análise de conteúdo se resume praticamente a estudar o que foi produzido nos Estados Unidos com o objetivo de desenvolver um instrumento de análise das comunicações.

Os primeiros trabalhos que se referem ao rigor científico da análise datam do começo do século e utilizam material jornalístico [...] Harold Laswell (1927) foi realmente o iniciador da análise de conteúdo, com seu estudo sobre a propaganda na Primeira Guerra Mundial (RICHARDSON et al., 1999, p. 220).

Nos anos de 1940 e 1950, o campo de aplicação da análise foi aos poucos aumentando, graças aos cientistas políticos que se interessaram pelos símbolos políticos, ou que colaboram com o desenvolvimento da análise. Entre 1950 e 1960, a análise de conteúdo se desenvolveu e atingiu uma grande diversidade de áreas. Surgiram, também, as primeiras controvérsias. Para Berelson (1954 *apud* RICHARDSON et al., 1999, p. 221), “a análise de conteúdo “é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Após 1960, as pesquisas que utilizam a análise de conteúdo se classificam em três áreas:

12

Laurence Bardin, autora da referência em tela, é professora de Psicologia na Universidade de Paris V e aplicou as técnicas de Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e nos estudos das comunicações de massas. Para a autora, o livro pode ser utilizado um manual metodológico por psicólogos, sociólogos, linguistas, ou qualquer outra especialidade ou finalidade, como por psicanalistas, historiadores, políticos, jornalistas e outros. (FARAGO, FOFONCA, s.d., p.1)

1. Pesquisas quantitativas que estudam a presença de certas características na mensagem escrita;
2. As pesquisas cuja atenção está voltada para o estudo da comunicação não verbal e a semiologia, e;
3. Os trabalhos de índole linguística. (RICHARDSON et al., 1999, p. 222).

4.2.2 Conceitos

A análise de conteúdo [...] é um método muito empírico, dependente do tipo de <<fala>> que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo (BARDIN, 2009, p. 32). A autora define, ainda, o funcionamento, o terreno e o objetivo da análise de conteúdo como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitiam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Ao se referir a inferência, Bardin (1979 *apud* RICHARDSON et al, 1999, p. 224) se refere ao procedimento intermediário que permite a passagem entre a descrição, que é a primeira etapa da análise, e a interpretação, que é a última etapa. A autora dá o exemplo de um analista comparado a um arqueólogo,

O analista é como um arqueólogo. Trabalha com os *vestígios*: os “documentos” que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são as manifestações de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir graças a eles [...] o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimento sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo [...]. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de um à outra. (BARDIN, 2009, p.41, grifo da autora)

Bardin (2009, p. 41) cita também, os tipos de documento que podem ser submetidos à análise:

- Documentos naturais, produzidos espontaneamente na realidade (tudo o que é comunicação [...]);
- Documentos suscitados pelas necessidades de estudo (por exemplo: respostas a questionários de inquéritos, testes, experiências, etc.).

Na formulação clássica de Laswell (et al., 1952 *apud* RICHARDSON, 1999, p. 224), inferência resume-se a “quem diz o que, a quem, como, e com que efeito?”

Outros autores também dão sua definição de análise de conteúdo, conforme o aperfeiçoamento da técnica e da expansão do campo de aplicação, além da formulação de novos problemas e materiais. São algumas delas:

- A análise de conteúdo é a análise estatística do discurso político (KAPLAN *apud* RICHARDSON et al., 1999, p. 222);
- É uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (BERELSON *apud* RICHARDSON et al., 1999, p. 223);
- A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada dia mais aperfeiçoados que se aplicam a discursos diversos (RICHARDSON et al., 1999, p. 223);
- A análise de conteúdo é a aplicação de métodos científicos a uma evidência documental. (HOSTI *apud* RICHARDSON et al., 1999, p. 224).

Então, nota-se que apesar das diversas definições sobre análise de conteúdo, ela pode ser entendida como método utilizado para organizar as ideias incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam (RICHARDSON et al., 1999, p. 224). O objeto da análise de conteúdo é toda comunicação que implica transferência de significados de um emissor a um receptor (RICHARDSON et al., 1999).

P. Henry e S. Moscovici, segundo Bardin (1979 *apud* RICHARDSON et al., 1999, p. 225) afirmam que tudo o que dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo.

4.2.3 Análise de Conteúdo e Análise Documental

Após uma apresentação sobre o que é análise de conteúdo, agora pode-se entrar na análise documental, já que alguns procedimentos de tratamento da informação documental apresentam tais analogias com uma parte das técnicas da análise de conteúdo que parece conveniente aproximá-los para melhor os diferenciar (BARDIN, 2009, p. 47).

Por análise documental, então, se entende “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (CHAUMIER *apud* BARDIN, 2009,

p. 47). Seu objetivo é dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação (BARDIN, 2009, p. 47). O método mais conhecido para realizar análise documental é o método histórico “que consiste em estudar os documentos visando investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico” (RICHARDSON et al., 1999, p. 230). Apesar das semelhanças em alguns tópicos entre análise de conteúdo e a documental, existem diferenças que devem ser destacadas entre as ambas:

Quadro 7 – Comparativo entre as características da análise documental e da análise de conteúdo

| Análise documental | Análise de conteúdo |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Trabalha sobre os documentos. | <ul style="list-style-type: none"> • Trabalha sobre as mensagens. |
| <ul style="list-style-type: none"> • É essencialmente temática. Faz-se principalmente, por classificação-indexação | <ul style="list-style-type: none"> • A análise categorial temática é apenas uma das técnicas utilizadas. |
| <ul style="list-style-type: none"> • O objetivo básico é a determinação fiel dos fenômenos sociais. | <ul style="list-style-type: none"> • Visa manipular mensagens e testar indicadores que permitam inferir sobre uma realidade diferente daquela mensagem. |

Fonte: *Análise documental e análise de conteúdo, Pesquisa Social: métodos e técnicas*, 1999, p. 230.

4.2.4 Etapas da análise de conteúdo

A metodologia da análise de conteúdo, segundo Bardin (1979 *apud* RICHARDSON, 1999, p. 230) ocorre na seguinte ordem:

- Pré-análise,
- A análise do material,
- O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A seguir são descritas de forma sucinta cada uma dessas fases, citadas por Richardson (et al., 1999, 231-234).

a. Pré análise

A pré análise caracteriza-se por ser uma etapa bastante flexível que permite a eliminação, substituição e introdução de novos elementos que contribuam para uma melhor explicação do fenômeno estudado. Geralmente abrange três aspectos: a escolha do material, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores para a interpretação dos resultados.

Nessa fase, Bardin (2009), prioriza as seguintes atividades:

- 1 Leitura superficial do material: uma leitura para contato inicial com o material, para se familiarizar com a estrutura da narrativa, as primeiras orientações e impressões em relação à mensagem dos documentos.
- 2 Escolha dos documentos: duas formas de se estabelecer os documentos a serem analisados. Primeiro, a agência que contrata o trabalho determina os documentos a serem incluídos na análise. Segundo, o investigador formula um problema e os objetos da pesquisa, devendo coletar os documentos suscetíveis de oferecer as informações necessárias.

b. Análise do material

Após realizadas as atividades anteriores procede-se a análise propriamente dita. A fase, longa e exaustiva, consiste basicamente na codificação, categorização e quantificação da informação.

c. Tratamento dos resultados

A análise de conteúdo visa a um tratamento quantitativo que não exclui a interpretação qualitativa. Uma vez estabelecidas as características do problema da pesquisa, formulados os objetivos e escolhidos os documentos, o investigador está em condições de dar uma resposta bastante precisa às perguntas *por que* e *o que* analisar. (grifo do autor)

A base da metodologia está na codificação. “A codificação é um processo pelo qual os dados brutos são sistematicamente transformados e agrupados em unidades que permitem uma descrição exata das características relevantes do conteúdo” (HOLSTI, 1969 *apud* RICHARDSON et al., 1999, p. 233)

A organização da codificação inclui três etapas fundamentais, que respondem as respectivas perguntas:

- Determinação das unidades de registro (que unidades de conteúdo serão consideradas?)
- Escolha das regras de numeração (que sistema de quantificação dos dados será utilizado?)
- Definição das categorias de análise (como se define o problema de pesquisa em termos de categoria?) (HOLSTI, 1969 *apud* RICHARDSON et al., 1999, p. 234).

Então são essas as características mais marcantes, que se pode encontrar no documento, a partir dessa análise, que não pretende constituir um conceito único, mas um conceito visto de uma nova perspectiva. O que não fecha a análise do conceito para outros pontos de vista.

4.3 TEORIA DO CONCEITO

Para reunir essas características e formar um conceito de documento, a ideia de Ingetraut Dahlbergh, em seu artigo *Teoria do Conceito*, foi usada. Dahlberg define formação de conceito como

[...] a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é constituído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação” [...] É possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico. Esse símbolo pode ser verbal ou não-verbal, ou seja, pode ser formado de sinais ou conjunto de sinais independentes das palavras (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Então, para a autora, o conceito se forma a partir de enunciados verdadeiros que são constituídos por palavras, que traduzem o significado que o mesmo traz sobre determinado objeto, formando assim, quando reunidos, um conceito. Ou seja, pode-se dizer que um conceito é um apanhado de características. Ela dá um exemplo:

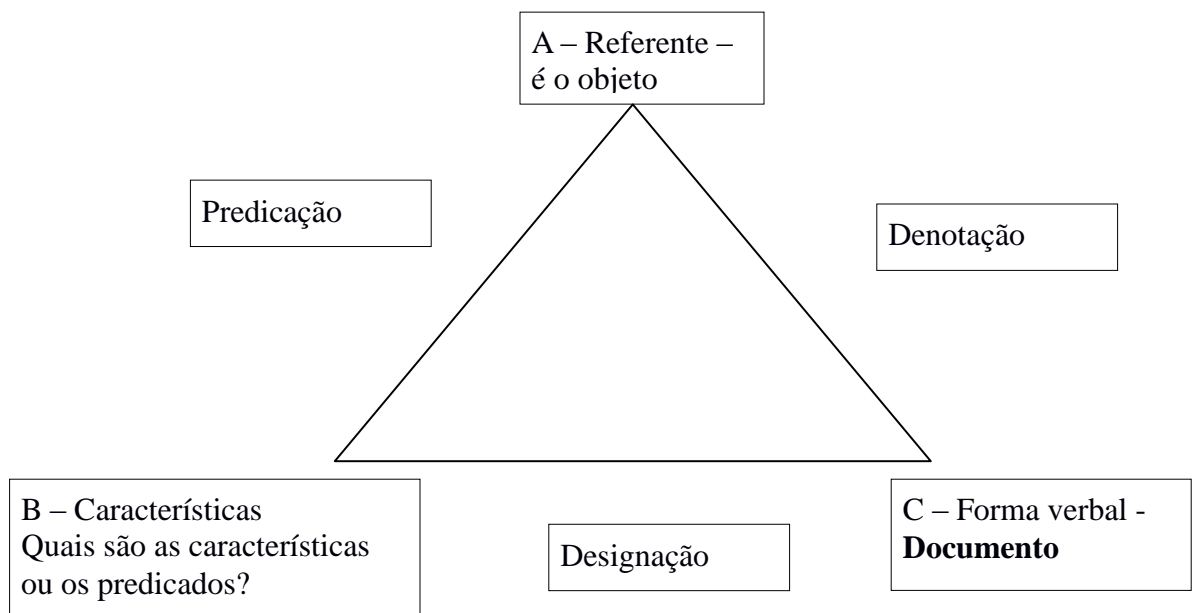
Um periódico é um *documento que se publica periodicamente*;
 Um documento que se publica periodicamente é um *documento*;
 Um documento é um *suporte de informação*;
 Um suporte de informação é um *objeto material*;
 Um objeto material é um *objeto* (DAHLBERG, 1978, p. 103, grifo da autora).

A autora ainda fala que “se o conceito ainda não tem nome é possível formulá-lo pela síntese das características descobertas” (DAHLBERG, 1978, p. 103).

Neste estudo será realizado o percurso ao contrário, ou seja, o nome já está previamente definido, Documento. O que se busca são as características que ligam o conceito Documento aos objetos que apresentam essas características, ou seja, quais são as características que um objeto deve possuir para que seja considerado um documento.

E qual a necessidade de definir essas características? Dahlberg explica que “fazer uma definição equivale a estabelecer uma "equação de sentido" sendo que, de um lado (à esquerda) encontramos aquilo que deve ser definido (*o definiendum*) e de outro (à direita) aquilo pelo qual alguma coisa é definida (*o definiens*)” (1978, p. 106, grifo da autora).

Figura 2 – Triângulo do conceito



Fonte: Elaborado a partir de Dahlberg, *Current trends in knowledge organization*, 1993, p. 11.

O que define documento então? Quais são essas características que se encaixam nesse conceito?

5 ANÁLISE DE DADOS

Já foi apresentado o conceito de análise de conteúdo, mas para recordar, o conceito de Laurence Bardin, análise de conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitiam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44)

Falou-se também da análise documental, “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”. (CHAUMIER *apud* BARDIN, 2009, p. 47).

A metodologia da análise de conteúdo, segundo Bardin (1979 *apud* RICHARDSON, 1999, p. 230) ocorre na seguinte ordem:

- Pré-análise,
- A análise do material,
- O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Com essas informações pode-se realizar então, uma análise de conteúdo nos conceitos de documento, anteriormente apresentados. Seguindo a metodologia de Bardin, primeiro realiza-se a pré-análise.

5.1 *Pré-análise*

Recordando, a pré-análise “permite a eliminação, substituição e introdução de novos elementos que contribuam para uma melhor explicação do fenômeno estudado” (RICHARDSON et al., 1999, p. 231).

Nesta fase se recomenda também a leitura superficial para poder reconhecer os conceitos mais usados, a escolha dos documentos que possam oferecer informações necessárias para

utilizar amostras que correspondam a expectativa da pesquisa. Além disso, aqui será apresentado no sentido da exaustividade, os conceitos que puderam ser encontrados.

Então no campo da Documentação, ao que se refere ao conceito de documento, foi apresentado uma diversidade de autores, que vão desde a corrente clássica até os autores modernos. São eles:

- Paul Otlet: Qualquer coisa em que o conhecimento pudesse ser registrado. Meio de transmissão de dados informativos ao conhecimento dos interessados, que alinhados no tempo e no espaço, poderiam ser mostrados os vínculos inteligíveis das coisas.
- Suzanne Briet: Um documento é uma evidência em apoio de um fato. Signo indicial de natureza concreta ou simbólica, que poderia ser preservado ou registrado para fins de representação.
- Robert Escarpit: Documento é um objeto informacional visível, que possui uma dupla indepência em relação ao tempo, a siconia e a estabilidade. Documento como meio de constituição de um saber.
- Jean Meyriat: O documento por intenção é aquele que foi produzido com a intenção de ser informativo. Já o documento por atribuição é aquele que originalmente foi criado para outra finalidade, mas que pode assumir esse valor informativo.
- Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo: A ideia de documento estaria fortemente vinculada ao uso, ou seja, seria a partir do uso que se conferiria o caráter documental.
- López Yepes: Destaque do papel do documento como elemento chave para a mediação cultural, e documento como instrumento de cultura; como fixação de uma realidade; instrumento de comunicação ou mensagem e fonte de um novo conhecimento científico.
- Martínez Comeche: Documento como uma mensagem icônica ou simbólica permanentemente incorporada ao meio e usado por um emissor/mediador/receptor vinculada a uma proposta informativa
- Réndon Rojas: Documento em três níveis: documento como um objeto em si; objeto transformado em documento por especialistas; e podendo transmitir informação e ser recuperado pelo usuário e o “Ser documento”.

- Michael Buckland: Informação – como - processo, informação – como - conhecimento, informação – como - coisa; Documento como termo genérico o suficiente para incluir todas as coisas informativas de que podemos tratar, para isso sugeriu a palavra “discurso”.
- Bernd Frohmann: O documento, como materialidade da informação; A ideia de informatividade refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para que um documento torne-se informativo
- Niels Lund: Documento visto sob dois aspectos: a perspectiva da materialidade e o seu papel social numa determinada comunidade.

5.2 *Análise do material*

A análise de material é bastante clara quanto a sua função, é a análise propriamente dita (RICHARDSON et al., 1999, p. 233).

Foram apresentados até agora, os conceitos de 12 autores, que se dividem em três correntes, a versão clássica de documentação que se confunde com a corrente francesa, a corrente espanhola e a corrente dos autores de língua inglesa, que são de diferentes países.

Os conceitos vistos, trazem características, que não seria apropriado dizer que são diferentes. Pode-se dizer que são complementares. Até pelo fato de que os autores modernos baseiam seus estudos documentalistas nos conceitos clássicos apresentados por Otlet e Suzanne Briet.

Seguindo o método das categorias, espécies de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem (BARDIN, 2009, p. 39), pode-se organizar as características em grupos que facilitam sua visualização e compreensão. Isso possibilita que esse agrupamento seja feito de duas formas:

- Agrupando as características por corrente de pensamento, e;
- Agrupando os autores, segundo a familiaridade das características.

Analisando, então as características dos conceitos apresentados, tem-se, organizando por corrente de pensamento:

Quadro 8: Resumo das características dos conceitos de documento, das diversas correntes, apresentadas.

| Corrente Francesa | Corrente Espanhola | Corrente dos autores de idioma inglês |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Objetos em suportes, além do textual; • Intencionalidade; • Relação objeto/ vontade de informação; • Temporalidade. | <ul style="list-style-type: none"> • Relação de uso entre homem/objeto; • Intencionalidade; • Documento como instrumento de interação social; • Possibilidade de inovação da mensagem; • Integração suporte/mensagem; • Materialidade. | <ul style="list-style-type: none"> • Informatividade; • Potencial de informação; • Materialidade; • Papel (de relação) social. |

Fonte: elaboração própria

Com essa classificação, por corrente fica fácil visualizar certa sequência de pensamento. No entanto, podemos reorganizar esse pensamento e misturar, pode-se assim dizer, esses autores, o que é na verdade uma nova forma de organização.

As características encontradas são similares, elas podem até ser explicadas pelos autores de formas diferentes, mas os exemplos dados por eles mostram que suas ideias são conectáveis. Como o exemplo do Antílope de Briet, a bicicleta de Meyriat, o livro como peso para porta de Buckland, ou ainda, o vídeo de uma cirurgia citado por Lund.

Então por essas similaridades podemos agrupar as características que apesar de serem enunciadas de modo distinto, tratam de aspectos comuns. Com isso pode-se montar o seguinte quadro:

Quadro 9: Resumo dos autores reunidos segundo as características

| Característica | Autor(es) |
|---|---|
| Objetos em suporte além do textual | Aqui entram todos os autores. Pois é unânime a intenção de expandir o documento para além do textual, no pensamento de todos os autores documentalistas aqui citados. |
| Intencionalidade Relação objeto / vontade de informação Relação de uso entre homem / objeto | Suzanne Briet, Jean Meyriat, Rendon Rojas, Martinez Comeche, Lopez Yepes. Sagredo Fernandes e Izquierdo Arroyo |
| Temporalidade Possibilidade de inovação da mensagem Integração suporte/mensagem | Robert Escarpit, Martinez Comeche, |
| Documento como instrumento de interação social Papel (de relação) social | Lund, Lopez Yepes |
| Informatividade Potencial de informação | Rendon Rojas, Buckland, Frohman |
| Materialidade | Suzanne Briet, Frohmann, Buckland |

Fonte: elaboração própria

6 O TRATAMENTO DOS RESULTADOS, A INFERÊNCIA E A INTERPRETAÇÃO

Trabalhando com o segundo quadro, no qual as características estão reunidas pela proximidade de suas interpretações, e depois estão atribuídos os autores que delas tratam, podemos definir as características marcantes do documento.

Observa-se que a ideia de que o documento, além do textual, pode ser qualquer objeto ou representação, que contém informação. Seres vivos também podem estar inclusos nessa noção também. Observa-se então, que o documento é um objeto, que não necessariamente foi criado com a intenção de ser documento, mas ele pode ter uma informação em potencial, pode ser um documento adormecido, como já foi exposto. Sua contextualização, localização influem para sua transformação de objeto comum para um documento, assim como o objeto no museu, o ilustre que informa sobre costumes de uma sociedade. Assim como o contrário, quando o livro é usado para segurar uma porta ou o jornal para embrulhar o peixe, o que leva a pensar a intenção, o uso que se dá ao objeto.

O uso, ou a intenção, que se dá ao se relacionar com tal objeto, torna-o um documento. Então não seria suficiente considerar documento aquilo, somente aquilo que foi criado para ser um documento, mas tudo aquilo com o qual o sujeito se relaciona, com o objetivo de se informar. Pode-se relacionar aqui a característica de interação social do objeto, quando usado como documento, pois pode informar uma pessoa, um grupo, ou até mesmo criar uma relação de hierarquia como cita um dos autores.

Um objeto, um animal, um registro, um evento, algo que tenha por objetivo ser referencial de que aquilo é, foi ou está sendo, que prove que aquela informação veio dali é uma característica que não pode ser desvinculada do documento. O caráter de prova, de evidência. O registro de um evento, um objeto que pode dizer algo sobre uma ocorrência passada ou corrente, é um documento, pois dele pode se obter informações sobre determinado assunto que é de interesse do sujeito. A temporalidade traz consigo a mensagem, faz com que a informação seja durável e possa ser repassada, consultada e até mesmo reconstituída, pois a informação quando passada adiante, passa pelo processo de interpretação daquele que a recebe. E essas características se manifestam pela materialidade, pois sem o físico, não há como referenciar a informação, o que faria essa informação não poder provar um fato, ser reconstruída ou atravessar gerações.

Então são essas as características mais marcantes, que se pode encontrar no documento, a partir dessa análise, que não pretende constituir um conceito único, mas um conceito visto de uma nova perspectiva. O que não fecha a análise do conceito para outros pontos de vista.

Para reunir essas características e formar um conceito de documento, a ideia de Ingetraut Dahlbergh, em seu artigo *Teoria do Conceito*, foi usada. Dahlberg define formação de conceito como “[...] a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é constituído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação.” (DAHLBERG, 1978, p. 102). E ela completa dizendo que

É possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico. Esse símbolo pode ser verbal ou não-verbal, ou seja, pode ser formado de sinais ou conjunto de sinais independentes das palavras. (DAHLBERG, 1978, p. 102).

Então, para a autora, o conceito se forma a partir de palavras, ou podemos chamar de termos, que traduzam o significado que os mesmos trazem sobre determinado objeto, formando assim, quando reunidos, um conceito. Ou seja, pode-se dizer que um conceito é um apanhado de

características. Como o exemplo do periódico, citado anteriormente, onde se vai da característica mais específica para a mais geral.

A autora ainda fala que “se o conceito ainda não tem nome é possível formulá-lo pela síntese das características descobertas.” (DAHLBERG, 1978, p. 103). No entanto já tem definido o nome do conceito que é buscado, o de Documento. O que se busca são as características que ligam o conceito Documento aos objetos que apresentam essas características.

O que define documento então? Quais são essas características que se encaixam nesse conceito?

Se tem definido como características básicas, após reduzir e reuni-las pelas suas similaridades:

- Intencionalidade (de uso, instrumento de relação social);
- Informatividade (ser informativo, potencial de informação);
- Materialidade (da informação, acessível, localizável).

Lembrando que no âmbito desta pesquisa, já se nomeou o conceito de documento como foco de estudo, então espera-se encontrar as características mais essenciais do documento, aquelas que aparecem sob qualquer circunstância. Podendo em diferentes casos, o documento apresentar mais características, variando de um para outro, ou mais ou menos. Em seu artigo, Dahlberg explica a diferença entre o conceito geral e o individual

Só os conceitos gerais propriamente necessitam de definições. Só eles necessitam ser bem distinguidos dos demais conceitos a fim de que apareça com clareza a quais objetos se referem. Os conceitos individuais têm os próprios objetos bem determinados em virtude da presença das formas do tempo e do espaço. Por exemplo: os planetas do sistema solar são conhecidos e cada um recebeu o respectivo nome. Por isso cada um deles é suficientemente identificado. Somente quando se quer descobrir novos planetas se faz necessário definição do conceito de "planeta" para distingui-los dos demais corpos celestes. Do mesmo modo ninguém pede uma definição da América do Sul, já que todos identificam o objeto implicado no respectivo conceito. (DAHLBERG, 1978, p. 106).

Então, assim como os planetas Marte, Terra, Vênus, tem suas características individuais e pode-se identificar cada um deles, há as características gerais que fazem com que todos eles se encaixem no conceito de planeta. Identificados no conceito de documento, as características mais gerais, agora pode-se pensar nas situações mais diversas, onde essas características são evidentes. Mais uma vez lembrando que o documento pode apresentar, além dessas aqui tomadas como essenciais, mais características e estas podem ser mais individuais.

6.1 APLICANDO O MÉTODO EIDÉTICO

Após a análise de conteúdo, na qual depois de apresentados os diversos conceitos, foi possível reunir as características do conceito de documento em três mais básicas: a intencionalidade, a informatividade e a materialidade.

Com isso pode-se tirar a noção da documentalidade do ser documento, como já dito antes, a documentalidade seria, assim, o fundamento, a razão, o sentido de ser, do documento. Aquilo a partir do que o documento se torna documento, o princípio de sua essencialização/realização. Então como parte da noção de “documento geral” estão a materialidade, a informatividade e a intencionalidade, que aparecem como condição necessária.

A materialidade do documento é refletida na materialidade da informação, quando torna localizável e concreta uma informação. Não é possível localizar aquilo que não se torna físico, não se pode referenciar um pensamento contido na mente de um sujeito. E é essa existência física que torna acessível o potencial informativo de um documento, sua informatividade, todos os fatores que podem tornar um objeto informativo. No entanto, essas duas características são ligadas pela intencionalidade do sujeito em relação ao objeto, intencionalidade essa que pode ser definida como a vontade/necessidade de informação de um sujeito ou grupo social.

A intencionalidade é descrita, também, de modo semelhante, na fenomenologia.

O caráter fundamental da consciência, enquanto consciência-de, ou melhor, consciência-de-alguma-coisa chama-se intencionalidade. Intencionalidade diz o modo como a consciência se dirige ao seu objeto e como ela o contém, em si, enquanto objeto para ela, ou seja, enquanto algo se mostra e se significa para ela (objeto como fenômeno e significado (FERNANDES, 2014, p. 31).

A intencionalidade na fenomenologia aparece como correlação entre consciência-de e o objeto. Nela, o sujeito pode passar a ver algo de outra forma, como se antes não visse ou apreendesse esse algo. É o que se mostra a essa consciência.

Observa-se, então, que a materialidade, em pressuposto, tornando possível a informatividade, sendo estas correlacionadas pela intencionalidade.

Assim como em Dahlberg, em Husserl pode-se também definir essas, como sendo as características do “documento geral”, fazendo se necessário a aparição destas para que um objeto,

ou algo, se encaixe nessa categoria, nessa definição. “A essência (eidos) é uma nova espécie de objeto.” (HUSSERL, 2006, p. 36).

Partindo da ideia de Husserl, e tomando a noção de “documento geral”, como forma formadora, e “documento individual”, como forma formada, seria o formato individual do documento, para chegar ao que se enquadra nessas ideias, pode-se pensar o documento a partir dessas três características, definidas como básicas, até suas características mais individuais. Indo, também, de exemplos reais à ideias.

A partir dos conceitos apresentados podem ser pensadas situações que dão a um objeto\algo, caráter de documento. Por exemplo, o antílope de Briet.

Quando a autora fala do animal, que solto na natureza não é um documento, mas quando é levado para o museu, vira objeto de estudo e então se torna um documento, encontram-se essas três características básicas do documento. A intencionalidade, que surgiu no momento que um sujeito pensou na sua necessidade de capturar e estudar aquele animal. A informatividade, que apesar de não ser o animal um ser “criado” para ser um documento, mas que possui um potencial de informação para um grupo social, como biólogos, veterinários, estudiosos da área de comportamento animal, etc.

Mas hoje, já há outra dimensão para esse conceito de Suzanne Briet, o animal continua podendo vir a ser um documento em potencial, mas já não é necessário tê-lo retirado de seu habitat. Existem, atualmente, diversos projetos de estudo dos animais, em que ao colocar um chip no animal, é possível localizá-lo, sem a necessidade de transformá-lo em um item de acervo.

Projetos como o Tamar¹³ e o Ocearch¹⁴, formados por pesquisadores da vida marinha das tartarugas e dos tubarões, respectivamente, que colocam rastreadores nos animais e o soltam na natureza, sendo esses animais localizáveis. Então aqui, observa-se que a materialidade, no sentido da localização em um acervo, é dispensada. No entanto, apesar de estar solto na natureza, é possível, localizar, em tempo real, onde se encontra, por exemplo, o tubarão Pablo ou por onde ele andou¹⁵.

¹³ Link da página do Projeto Tamar, disponível em < <http://www.tamar.org.br/index.php>>

¹⁴ Link da página do Projeto Ocearch, disponível em < <http://www.ocearch.org/>>

¹⁵ Link para busca de tubarões rastreados pelo projeto Ocearch < <http://www.ocearch.org/tracker/>>

Há a intencionalidade do pesquisador em relação ao animal, de torná-lo localizável, mas também de não interferir mais que o necessário na vida do animal, até para melhor aprofundamento no estudo sobre o ciclo de vida do mesmo. Nota-se a informatividade presente não só no animal, mas em sua vida, em sua rotina. Agora, o pesquisador pode ter informações mais detalhadas sobre o animal, seus hábitos, seus costumes, suas rotas, sua saúde depois de cada ida e vinda.

Praticando a imaginação, proposta por Husserl, para se alcançar o *eidós*, tem-se que

Se em imaginação livre produzimos figuras no espaço, melodias, processos sociais etc. ou fingimos atos de experiência, de prazer ou desprazer, de querer etc., podemos por “ideação” neles apreender, em intuição originária e eventualmente até adequada, diversas essências puras, tais como a essência da figura espacial, da melodia, do processo social em geral etc., ou a essência da figura, da melodia etc. do tipo particular em questão. (HUSSERL, 2006, p. 38)

Pode-se deixar de lado os animais reais, e pensar agora a situação com um animal mítico, como por exemplo, um unicórnio. Quando se fala a palavra unicórnio, cada sujeito pode imaginá-lo de um tamanho diferente, de uma cor preferida, em cenários variáveis. Mas uma coisa não muda, para o entendimento de “unicórnio geral”, é preciso que se pense em uma forma que lembre um cavalo e possua um único chifre no meio da testa.

Unicórnio é um animal mitológico, que não é localizável fisicamente. Sobre ele encontra-se na literatura, pinturas, imagens, relatos. No entanto, sabe-se que não é provável encontrar um unicórnio na natureza. E por ele fazer parte de um mundo mítico vale citar as palavras de Husserl, lembrando que apesar da imaginação não ser efetiva, ela dá a experiência do como-se-fosse, “os dados imaginados, no entanto, jamais serão dados efetivos” (HUSSERL, 2006, p. 38).

Mesmo assim, o unicórnio não sendo efetivo, ele existe. E não se pode negar toda a informação que se pode tirar dele. Desde uma investigação para um estudo sobre o mundo do unicórnio, como para uma pesquisa sobre a história, a religião ou cultura daquele povo que criou a figura mítica do unicórnio. Qual era a intenção em criar tal animal? Qual a representatividade que o unicórnio tinha para tal grupo?! Como essa figura mítica aparece em diferentes mitologias? Possui significado igual ou distinto?!

Então encontra-se na figura do unicórnio um animal mítico, a materialidade vista de uma outra forma, ela não é mais aqui no sentido de físico, de localização do objeto. Aqui se tem

materialidade das informações derivadas sobre o animal, por fontes que o relatem, mas não haverá materialidade do animal em si. Pode-se comparar ao antílope de Briet, que solto na natureza não é documento, mas preso no zoológico é. O unicórnio, a ideação de unicórnio não o faz um documento, contudo os escritos, as imagens, as esculturas que tem-se sobre ele, “prendem” o unicórnio, dão materialidade as informações sobre o unicórnio.

A intencionalidade aparece, mais uma vez na necessidade do sujeito de buscar informações sobre um determinado assunto, que fica entre a história, a filosofia, a mitologia, por exemplo. E apesar de tornar nesse caso o unicórnio um documento, ele não foi criado com essa intenção, pode-se presumir. Ele foi criado para ser uma figura representativa de alguma crença, ou divindade, ou figura histórica, enfim para representar algum aspecto importante para a sociedade que o criou.

Aqui a informatividade parece bastante clara, pelo potencial de informação que um unicórnio pode trazer na sua figura. Seja estudando aquilo que já se sabe sobre ele, ou na possibilidade de uma descoberta arqueológica de uma escritura, de uma escultura, uma pintura ou algo novo sobre o unicórnio e seu mundo mitológico.

Observa-se então, que na situação de um animal mitológico, a intencionalidade e a informatividade, são as características gerais que podemos encontrar. E aqui poderia ser usado qualquer outro ser, animal ou objeto da mitologia, como sereias, dragões, centauros, etc. Sendo, assim, a informatividade e a intencionalidade notáveis na situação de ideação. Entretanto, a materialidade só se mostra no nível da realidade, quando há a materialização das informações, seja uma escultura, um escrito, uma imagem, em outras palavras, uma informação concreta que fale sobre um unicórnio ou uma sereia, por exemplo.

Analisando o exemplo do geômetra dado por Husserl, citado anteriormente, temos a mesma situação. Quando ele abre mão do desenho efetivo, e livremente reconfigura, por exemplo, um círculo. Um círculo é fácil de ser imaginado e manipulado no mundo das ideias, já não pode se dizer o mesmo sobre o círculo quando se passa para o mundo do real. Se uma determinada pessoa tem interesse em saber algo sobre um círculo, ela provavelmente buscará informações sobre a qual classe matemática ele pertence, fórmulas para calcular sua área, circunferência, etc. E a partir daí, enquanto busca essas informações, um círculo pode se formar na sua imaginação com um determinado formato, seguindo uma forma. Assim como no caso de

um animal mítico, um círculo provavelmente não será um documento, pois a sua materialidade não pode ser afirmada, embora possa ser inferida por meio de teoremas, fórmulas, postulados sobre um círculo.

Os *Postulados de Euclides*¹⁶, por exemplo, fizeram com que as cinco proposições geométricas, por ele formulada, atravessassem mais de 2.000 anos. Talvez se Euclides não tivesse dado concretude as suas ideias geométricas, a geometria teria outros rumos. Então a materialidade, no sentido de físico e localizável, somada a todo o potencial de informação que há nos seus escritos e a intencionalidade que há em se conhecer sobre geometria, fazem dos escritos sobre formas geométricas de Euclides, um documento.

Não é o fato de ser um escrito que fazem desses postulados um documento. E áreas como a paleontologia, a arqueologia e museologia, por exemplo, provam isso.

As construções de Machu Picchu¹⁷, por exemplo, são as principais fontes de tudo que se sabe sobre a cultura Inca. Encontra-se nelas a materialidade, pois as gigantes construções são maravilhas da humanidade. A informatividade é explícita e a intencionalidade que há, em se preservar todas as estruturas, de conhecer as noções, costumes, tradição de uma civilização que não existe mais e transmitir adiante. Mas não é possível colocar Machu Picchu em um museu, em uma estante. Seria isso um problema para nomear ruínas como um documento? Construções históricas costumam se tornar sítios arqueológicos, então, não precisaria ser renomeado. Contudo, cada vaso, cada resto de tecido, cada vestígio de uma civilização que, um dia ali esteve, ou até mesmo um pedaço de rocha que seja retirado de uma construção é uma prova, um documento, que pode possuir menor grau de materialidade, comparado às gigantescas estruturas, mas é um documento¹⁸.

Outros objetos, a exemplo da bicicleta de Meyriat, ou da gravação de uma cirurgia citado por Lund, são objetos que são diariamente criados com outra intenção, que não é documentar.

¹⁶ Citado por Gonçalves, 2014, p. 11. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16950/1/2014_GeorgeWesleyBarbalhoGon%C3%A7alves.pdf

¹⁷ *Historic Sanctuary of Machu Picchu*. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/274/>

¹⁸ Vale lembrar que esta pesquisa se propõe encontrar aquilo que será a razão do documento ser documento, sua *documentalidade*, na Ciência da Informação. Por esta razão, pode parecer fora do contexto da biblioteconomia incluir cidades, construções, ou ruínas como documento, se considerarmos que possa existir uma certa resistência, por parte das bibliotecas, em tomar por documento aquilo que não é textual. Contudo na fenomenologia, Husserl diz ser “[...] necessária uma nova maneira de se orientar, inteiramente diferente da orientação natural na essência e no pensar” (HUSSERL, 2006, p. 27), então aqui busca-se reconhecer a *documentalidade* em tudo aquilo que possa oferecer, como Olet anteriormente citado, um novo dado intelectual a alguém, sem pensar em “documento individual”, como o do museu, da biblioteca etc.

Porém se, em alguns objetos, for aplicada a noção de “documento geral” aqui descrita, muitos deles se tornarão documentos.

Se a presidenta do Brasil, Dilma Roussef, joga fora um relógio de seu uso pessoal e ele for encontrado, ele pode ser usado para traçar um perfil dela, sua preferência por acessórios ou até mesmo uma visão histórica dos relógios da época em que ela estava no poder. No entanto se eu jogar fora um relógio, e ele acabar conservado, mesmo que enterrado em algum lixão, e daqui a algum tempo ele for encontrado, ele pode retratar também, a evolução da história dos relógios ou um perfil da sociedade de hoje. E em ambos relógios vemos a materialidade, a informatividade contida neles e a intencionalidade de se reconsiderar seu papel social.

7 CONCLUSÃO

Com os conceitos apresentados, as características reunidas, realizada a análise de conteúdo e a aplicação do método eidético, apareceu outra definição para o conceito de documento, a *documentalidade*, que traz em si a essência básica daquilo que é documento, da razão de ser documento, do documento.

Um objeto para ser nomeado com a forma verbal *Documento*, como Dahlberg se refere, pode apresentar muitas características, no entanto há três delas que não podem deixar de fazer parte do conceito, nem se apresentar separadas. São elas, a materialidade, a informatividade e a intencionalidade.

A materialidade é o formato físico do objeto que o possibilita materializar a informação. Como foi visto, sem ela não é possível referenciar a informação. A informatividade que são os fatores que tornam um objeto informativo, é o potencial de informação contido nele. A intencionalidade é correlação entre a necessidade/ vontade do sujeito de se informar com relação ao objeto que lhe pode ser informativo.

Tomando essas características como a essência do “documento em geral”, amplia-se muito além do textual, o que pode ser considerado documento. As possibilidades de tornar documento aquilo que não foi criado para ser um, ocorre principalmente pela intencionalidade, que há na relação sujeito/objeto, desde que tal objeto cumpra a condição de passar informação, ou como

pensou Paul Otlet que seja “um suporte [...] no qual estão inclusos alguns sinais representativos de dados intelectuais” (OTLET, 2007, p. 43).

Nas palavras de Ortega e Lara (2010), é importante se repensar a construção histórica do conceito de documento, lembrando o papel da Ciência da Informação que é “construir novos documentos a partir de documentos originais ou de dados esparsos (como nos dossiês, segundo Otlet), visando realizar a mediação entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação”.

Essa noção de sujeitos e objetos potencialmente informativos é muito clara quanto a atualidade de Paul Otlet e da necessidade de abrir os horizontes para novas formas de documentos, de notar que não há informação somente no suporte textual, mas que é possível ter um documento que foi criado sob outros formatos, como pinturas, esculturas. E também, há aqueles objetos que não criados para ser documentos, e que, no entanto, trazem consigo, na sua forma, a essência de um documento. Como bicicletas, cadeiras, vasos, moedas, ossos humanos ou de animais, entre outros. Desde que apresente materialidade, informatividade e intencionalidade, um objeto comum pode ser usado com a finalidade de documentar um fato.

O presente trabalho se propôs a fazer um estudo inicial sobre a possibilidade de aplicação da Fenomenologia à Ciência da Informação, mais precisamente à disciplina de Documentação. Ambas, tanto a Fenomenologia quanto a Documentação, são áreas de estudo muito abrangentes e complexas, em especial a primeira. Entretanto, mostrou-se ser possível manter a ponte entre essas áreas, de maneira que se possa estudar uma à luz da outra. O que é importante, já que como uma disciplina da Filosofia, a Fenomenologia nos dá base para alcançar um referencial teórico, muito além do que foi aqui apresentado. E, esta pesquisa, pretende ser, portanto uma pequena abertura na exploração da Ciência da Informação com base nas disciplinas filosóficas, que tanto tem a contribuir para essa área do tratamento da informação.

REFERÊNCIAS

ARTÊNCIO, Luciane. **Informação como coisa**. 2004. Disponível em:
< <http://www.uff.br/ppgci/editais/bucklandcomocoisa.pdf> >. Acesso em: 30 nov. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

- BUCKLAND, Michael K. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, p.804-809, 1997. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/cu/libraries/inside/units/bibcontrol/osmc/bucklandwhat.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2014.
- COUZINET, Vivianne. Complexidade e documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura. **RECIIS: R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.10-16, set., 2009. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/274/313>>. Acesso em: 2 set. 2014.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia R. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet De Lemos, 2008.
- DAHLBERG, Ingetraut. **Current trends in knowledge organization**. 1993. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/07/007-026_Dahlberg.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2014
- DAHLBERG, Ingetraut. **Teoria do conceito**. 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1680/1286>>. Acesso em: 30 nov. 2014.
- FERNANDES, Marcos Aurélio. **À clareira do Ser: da fenomenologia de intencionalidade à abertura da existência**. Rio de Janeiro: Daimon Editora, 2011.
- FERNANDES, Marcos Aurélio. **Curso de Fenomenologia**. Brasília, 2014. Apostila do curso de Fenomenologia – Departamento de Filosofia da UnB.
- FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?”. **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.
Disponível em:
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fcsis.pace.edu%2F~marchese%2FSE735%2FNew_Papers%2FRevisiting%2520what%2520is%2520a%2520document.pdf&ei=z6MVJWRDMarNpnag9AC&usg=AFQjCNGGVlnDYQpL2BQibh4XLbfu5AnI0A&sig2=RYHumh5F2FXbSOtZDIjWhg&bvm=bv.81828268,d.eXY>. Acesso em: 2 set. 2014.
- HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica : introdução geral à fenomenologia pura**. 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.
- HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas e Conferencias de Paris: de acordo com o texto de Husserliana I**. Rio Janeiro: Forense, 2013.
- HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia**. São Paulo: Madras Editora. 2001.

LOPEZ YEPES, José. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información : ¿un nuevo profesional del documento? **Scire**: representación y organización del conocimiento, v. 3, n. 1, p. 11-29, ene./jun., 1997. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1064/1046>>. Acesso em: 2 set. 2014

MARCONDES, Carlos Henrique. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspect. ciênc. inf.** vol.15, n.2, p. 2-21, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362010000200002&script=sci_arttext> Acesso em: 2 set. 2014.

OLSEN, Bernt Ivar; [et. al.]. Document theory for the design of socio-technical systems : a document model as ontology of human expression. **Journal of Documentation.** v. 68, n. 1, p. 100-126, 2012. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/00220411211200347>>. Acesso em: 2 set, 2012.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero** : Revista de Ciência da Informação, v.11, n.2, abril, 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm>. Acesso em: 02 set. 2014.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero** : Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out., 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 2 set. 2014.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para a compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. especial, p.59-57, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/899/626>>. Acesso em: 2 set. 2014.

OTLET, Paul. Documentos e documentação. IN: **Congresso Mundial da Documentação Universal**. Paris, 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/> Acesso em: 02 set. 2014.

OTLET, Paul. **El tratado de documentación**. 2.ed. Murcia: Universidade de Murcia, 2007.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, vol. 16, n.31, p. 131-156. 2011. Disponível em: <[file:///C:/Users/x1/Downloads/Encontros_Bibli-16\(31\)2011_a_dimensao_categoria_do_documento_na_ciencia_da_informacao%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/x1/Downloads/Encontros_Bibli-16(31)2011_a_dimensao_categoria_do_documento_na_ciencia_da_informacao%20(1).pdf)>. Acesso em: 2 set. 2014.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da informação. 2009. 331 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/unesp/103372/rabello_r_dr_mar_prot.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 set. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. Santos: Atlas, 2011.

SIQUEIRA, Jéssica Camara. **As noções de documento e de informação – uma abordagem terminológica**. 2011. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-15122011-235031/>>. Acesso em: 2 set. 2014.